

PLANO ESTRATÉGICO DAS ALDEIAS BAUHAUS EUROACE

2023-2030

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Plano Estratégico das Aldeias Bauhaus EUROACE

SUBTÍTULO

EUROACE_NEB

EDIÇÃO

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

COORDENAÇÃO

Comunidade de Trabalho Transfronteiriça EUROACE:

CCDRC I.P.: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P.

CCDR Alentejo I.P.: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P.

Junta de Extremadura

AUTORIA

Instituto Politécnico de Castelo Branco | Polytechnic University of Castelo Branco

Daniel Raposo Martins

Domingos Fernando da Cunha Santos

João Vasco Matos Neves

DESIGN

Rita da Cruz Tavares

Rethink – Grupo de Investigação em Design para o Território

DATA

Setembro 2023

ISBN

978-972-569-170-0



PLANO ESTRATÉGICO DAS ALDEIAS BAUHAUS EUROACE

2023-2030

Índice

NOTA INTRODUTÓRIA **6**

CAPÍTULO 1 **ENQUADRAMENTO** **8**

1.1. Objetivos	9
1.2. Metodologia	10
1.3. A EUROACE no contexto das Euroregiões	14
1.4. Estratégia EUROACE 2030	20
1.4.1 Prioridades e Objetivos	21
1.5. Nova Bauhaus Europeia	24
1.6. O Projeto EUROACE_NEB: Estratégia Aldeias Bauhaus EUROACE	31

CAPÍTULO 2 **A ÁREA FUNCIONAL DA EUROACE: CARACTERÍSTICAS E DIAGNÓSTICO** **35**

2.1. Enquadramento Territorial da Euroace	36
2.2. A Área Funcional da Euroace	38
2.2.1. Enquadramento da área funcional	38
2.2.2. Uma dinâmica demográfica recessiva	41
2.2.3. Um perfil económico pouco competitivo	45
2.3. Breve caracterização das Aldeias Bauhaus Euroace	49
2.4. Análise SWOT da área funcional	53

CAPÍTULO 3

ANÁLISE PROSPETIVA E CENÁRIOS DE FUTURO

58

3.1. Cenário tendencial de perda de competitividade territorial	59
3.2. Cenário voluntarista de bifurcação e qualificação da trajetória de desenvolvimento	62

CAPÍTULO 4

EUROACE - ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

68

EIXO ESTRATÉGICO 1 Aldeias mais sustentáveis	77
EIXO ESTRATÉGICO 2 Aldeias mais inclusivas	84
EIXO ESTRATÉGICO 3 Aldeias mais belas e habitáveis	94
EIXO ESTRATÉGICO 4 Aldeias mais competitivas	104
EIXO ESTRATÉGICO 5 Aldeias mais cooperantes	114

NOTA INTRODUTÓRIA

No âmbito da 1ª convocatória POCTEP 2021-2027, a Comunidade de Trabalho Transfronteiriça EUROACE apresentou uma candidatura à Prioridade 7 - 'Superar os obstáculos fronteiriços através da aplicação de uma abordagem transformadora de governação a vários níveis à cooperação transfronteiriça', ação f) 'Outras ações para apoiar uma melhor governação em matéria de cooperação'. A 1ª convocatória POCTEP 2021-2027 tinha como objetivo a seleção de ações que visassem a elaboração de diagnósticos prospetivos de carácter temático e/ou setorial, orientadores do desenho de ações conjuntas de cooperação transfronteiriça a incluir nos projetos POCTEP.

Este plano estratégico, com vigência até 2030, dá resposta ao Objetivo Político 5 (OP5) – Uma Europa mais próxima dos cidadãos, mediante o fomento do desenvolvimento sustentável e integrado de todos os tipos de territórios e das iniciativas locais. No âmbito do OP5 foi identificada a Prioridade 6 – Promover, através da cooperação transfronteiriça, o desenvolvimento de estratégias multissetoriais para o desenvolvimento integrado e sustentável, desenvolvida a partir do Objetivo Estratégico (OE 5.2.) – Promover, nas zonas não urbanas, o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança.

No caso da Eurorregião EUROACE, o foco da estratégia é o “desafio demográfico”, tendo sido identificado como área funcional o espaço denominado “Aldeias Bauhaus na EUROACE”, o qual abrange os territórios dos concelhos de Pampilhosa da Serra, Sabugal, Arronches e Reguengos de Monsaraz, em Portugal, e as comarcas de Sierra de Gata, Campiña Sur, Alagón, Alcántara, Valencia de Alcántara, Alburquerque, Badajoz, Olivenza e Jerez de los Caballeros, em Espanha.

O objeto da Estratégia “EUROACE_NEB - Estratégia Aldeias Bauhaus EUROACE” é que constitua a base conceptual e enquadradora das Convocatórias a realizar no âmbito do OP5, destinadas aos agentes e entidades da área funcional, tendo em conta o financiamento disponível e associado a este Objetivo Político.

A metodologia seguida para a elaboração desta Estratégia assentou numa base de trabalho colaborativo que envolveu as seguintes componentes: um acompanhamento de grande proximidade por parte das administrações regionais (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e Junta de Extremadura); um amplo trabalho de campo que assentou na inquirição, por workshops participativos, questionários e entrevistas, a um conjunto relevante de interlocutores locais e regionais; e, também, naturalmente, o recurso a fontes documentais e estatísticas.

O documento apresenta os seguintes blocos:

- uma breve nota metodológica;
- enquadramento político-institucional da EUROACE e nos novos desafios colocados pela iniciativa New European Bauhaus, sobretudo na ótica da renovação do olhar e das práticas relativas ao desenvolvimento rural no espaço da Eurorregião;
- diagnóstico socioeconómico e ambiental da área funcional, incluindo a respetiva análise SWOT;
- prospetiva estratégica, com a indicação das dimensões críticas de desenvolvimento territorial nos cenários tendencial e voluntarista;
- um bloco final, centrado na definição do quadro estratégico de ação transfronteiriça que inclui a indicação dos eixos estratégicos de intervenção, os respetivos objetivos, as linhas de ação e as tipologias de projetos.

CAPÍTULO 1

Enquadramento



Alameda Moraleja

fonte: câmara municipal de Moraleja

1.1. OBJETIVOS

O *Plano Estratégico das Aldeias Bauhaus EUROACE* visa a concretização dos objetivos específicos identificados para a Euroregião EUROACE no âmbito do OP5 e OE5.2. O Plano Estratégico pretende contribuir para a definição de um modelo de intervenção estratégica e operacional que servirá de base às Convocatórias a realizar no âmbito do OP5, destinadas aos agentes e entidades do território EUROACE. São objetivos da Estratégia EUROACE_NEB - Estratégia Aldeias Bauhaus EUROACE, os seguintes:

- Identificar recursos endógenos e exógenos que possam ser mobilizados para trajetórias de desenvolvimento renovadas e mais qualificadas;
- Identificar stakeholders dentro e fora do território, que possam atuar como catalisadores de mudança;
- Identificar prioridades de ação no território, apontando um modelo de desenvolvimento inovador, resiliente, local e transfronteiriço, bem como capacitar pessoas e criar sinergias e oportunidades transfronteiriças;
- Estruturar áreas de captação com base em serviços de rede complementares;
- Promover novas relações rural-urbanas e transfronteiriças;
- Ir ao encontro aos três eixos da Nova Bauhaus Europeia (New European Bauhaus – NEB), nomeadamente a Estética – para ativar uma nova vivência e fruição do lugar e integrar *stakeholders* no processo de transformação positiva do lugar, a Sustentabilidade – para transformar processos lineares em circulares, restauro e expansão de paisagens edificadas e naturais, e a Inclusão – reforçar a inclusão social, promover o diálogo multicultural, o sentido de coesão territorial e sentido de pertença, transformando acessibilidades e criando de redes e sinergias entre pessoas e comunidades;
- Promover a coesão territorial pela qualidade de vida, nomeadamente o acesso à saúde, ensino, cultura, conectividade, mobilidade e ligação às comunidades adjacentes;

- Promover um modelo de desenvolvimento sustentável, multidisciplinar e integrado do território pertencente à EUROACE, na correlação entre as áreas do ambiente e ecologia; economia circular; paisagismo, urbanismo e arquitetura; transição energética; transformação digital; atividades económicas; educação; design, artes, ofícios e outras indústrias criativas;
- Criar uma dinâmica criativa com iniciativas locais, transfronteiriças e externas, conciliadora do crescimento na atividade económica com o património do lugar e a valorização da paisagem urbana e rural.

1.2. METODOLOGIA

O Plano Estratégico das Aldeias Bauhaus EUROACE pretende afirmar-se como um instrumento de orientação da ação na Euroregião, visando o alinhamento estratégico dos múltiplos atores transfronteiriços, regionais e locais. O desenvolvimento de parcerias, participação em redes e o trabalho colaborativo tem vindo a demonstrar eficácia nos resultados alcançados em múltiplos projetos de cooperação transfronteiriça nas mais variadas áreas, pelo que a definição da metodologia pretendeu envolver as mais diversas organizações do território.

Para a definição do procedimento metodológico, o Instituto Politécnico de Castelo Branco, em estreita articulação com as administrações regionais (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e Junta de Extremadura) definiram princípios e objetivos estratégicos para o desenvolvimento do Plano Estratégico, visando a articulação colaborativa com os múltiplos interlocutores no território EUROACE.

Ao nível tático, foram correlacionados os objetivos definidos pelas administrações regionais com os municípios parceiros, articulando-se a planificação da estratégia para a recolha de dados, análise e diagnóstico. Ao nível operacional, foi desenvolvido o levantamento de dados e trabalho de campo (questionários, entrevistas e workshops participativos), com a participação de relevantes interlocutores (juntas de freguesia, Aldeias Bauhaus, associações e organizações regionais e locais, etc.), que permitiram o desenvolvimento de cenários e do modelo de intervenção estratégica e operacional.

O trabalho desenvolvido, teve por base uma multiplicidade de estudos e dados, em particular da experiência colhida no âmbito do Projeto “Rede de Aldeias para o Futuro - Rede de Aldeias Bauhaus da EUROACE”, um dos 20 vencedores do primeiro convite à apresentação de propostas da NEB da DG REGIO (Direção Geral de Política Regional da Comissão Europeia). Tratou-se de um projeto de Assistência Técnica¹ à Rede de seias aldeias da eurorregião EUROACE, Dornelas do Zêzere, Sortelha, São Pedro do Corval, Marco, Moraleja e Llerena, que visou apoiar a conceção de intervenções locais tendo como base o enquadramento dos valores da NEB.

Com base numa abordagem conceptual que envolveu diferentes tópicos – cultura, mobilidade, acessibilidade, habitabilidade, auto-sustentação local, multifuncionalidade, resiliência, memórias e viabilidade económica – o referido processo permitiu que as aldeias identificassem os aspetos mais e menos desenvolvidos nas respetivas comunidades. Esta informação deu origem a um Quadro Conceptual que serviu como documento orientador para o progresso da Rede de Aldeias Bauhaus da EUROACE.

1. Policy brief was developed within the Call Support to New European Bauhaus Local Initiatives, as part of the Technical Assistance programme for the Local Initiative of Pampilhosa da Serra. Authors: Daniela Rizzi (ICLEI Europe) and Daria Ivleva (Adelphi). Recommended citation: Rizzi, D., Ivleva, D. (2023). Policy Brief - BAUHAUS EUROACE Villages of the Future. Reviewer: Małgorzata Ćwikła (ICLEI Europe).

Neste contexto, o “Plano Estratégico das Aldeias Bauhaus EUROACE” pretende constituir a base conceptual e enquadradora das convocatórias destinadas ao agentes e entidades da área funcional da EUROACE. No essencial, a metodologia de trabalho assentou em três fases, prevendo um forte contributo da comunidade local, através da auscultação das partes interessadas no seu diverso conjunto de atores sociais, económicos e territoriais:

FASE 1 – Recolha de dados, análise e diagnóstico

O processo iniciou-se com a visita aos diferentes locais, realização de *workshops* participativos com as comunidades locais, recolha de dados e boas práticas/*benchmarking*, questionários e entrevistas a diversos interlocutores relevantes, trabalho empírico complementado com análise documental e estatística.

O trabalho envolveu, também, a elaboração do diagnóstico estratégico, o estudo de tendências estruturantes, bem como a análise SWOT, na qual se inventariaram os principais pontos fortes e fracos da área funcional, bem como as oportunidades e ameaças com que este território se defrontará num cenário de médio/longo prazo.

Em síntese, pretendeu-se, nesta fase, a caracterização funcional da realidade territorial, económica e social, para estabelecer novos desafios para o futuro e dar origem à seleção e identificação das ações estratégicas.

FASE 2 – Cenarização

Numa segunda fase foram definidos quadros prospetivos de futuro, tendencial e voluntarista, identificando as variáveis críticas que importa contemplar na requalificação competitiva, estética, inclusiva e sustentável dos territórios.

O cenário voluntarista visa alcançar patamares de desenvolvimento e competitividade que elevem o nível e a qualidade de vida das comunidades locais, em contraste com o cenário tendencial, que tem vindo a desqualificar progressivamente a área funcional da EUROACE.

Tratou-se, em síntese, de delimitar os campos de intervenção previsíveis de forma a melhor fundamentar as opções estratégicas subsequentes, tendo em vista um desenvolvimento mais qualificante do território.

FASE 3 – Modelo de intervenção estratégica e operacional

Esta fase envolveu a definição estratégica, resultante da análise dos cenários prospetivos e das condições externas e internas, constituindo o quadro de referência para a estruturação do programa de atuação impulsionador do cenário voluntarista. Partindo do diagnóstico e dos resultados da auscultação das pessoas das comunidades e das partes interessadas e tendo presente o principal desafio identificado para o território - o desafio demográfico e o envelhecimento - foi identificado um conjunto de projetos cuja implementação pode contribuir para o desenvolvimento e catalisar uma mudança positiva, passíveis de apoio e materialização.

1.3 A EUROACE NO CONTEXTO DAS EUROREGIÕES

Euroregiões

O tratado de Alcanizes (1297) fixou os limites fronteiriços entre Portugal e Espanha, estabelecendo uma das fronteiras mais antigas do mundo. Apesar dos diversos desencontros e aproximações históricas dos dois povos, as mudanças sociais, económicas e políticas originaram uma identidade ibérica própria, reforçada nos territórios da raia, onde a colaboração entre regiões e entidades sempre foi mais evidente. No entanto, os processos formais de cooperação transfronteiriça entre os dois países só se concretizaram em parcerias relevantes, após a adesão de Portugal e Espanha em 1986 à Comunidade Económica Europeia e na sequência da implementação da iniciativa de cooperação territorial europeia, o Programa e projeto conhecido como Interreg-A, que visou incentivar a colaboração entre as regiões fronteiriças.

A iniciativa seria mais tarde transformada em objetivo da política de coesão da União Europeia, contribuindo para o substantivo incremento da cooperação fronteiriça, gerando mais de uma centena de entidades transfronteiriças, como são exemplo, entre outras, associações transfronteiriças, agrupamentos europeus de cooperação territorial, eurocidades ou euroregiões e as Comunidades de Trabalho.

A cooperação transfronteiriça assume um papel relevante na definição de políticas locais e de coesão no contexto da União Europeia, atendendo às barreiras linguísticas (expressas pelas 24 línguas oficiais) e as geográficas, acentuadas por um território composto por 27 Estados-membros, com cerca de 38 fronteiras internas e onde 37,5% da população vive em áreas fronteiriças.

Existem mais de setenta regiões transfronteiriças europeias, designadas de Euroregiões, Euroregios, ou Comunidades de Trabalho, tendo sido a primeira constituída em 1958, estendendo-se ao longo da fronteira entre a Alemanha e a Holanda. Desde então foram estabelecidas dezenas de entidades de coo-

peração transfronteiriça que adotaram a designação, tendo-se verificado um aumento significativo a partir da década de 90, com a criação do programa de apoio e financiamento de projetos de cooperação transfronteiriça Inter-reg, um importante instrumento de coesão económica, social e territorial na União Europeia e de desenvolvimento equilibrado das regiões de fronteira.

As Euroregiões são iniciativas de regiões fronteiriças ou de outras entidades locais de países europeus, que visam promover a cooperação e a integração além-fronteiras, promovendo interesses, objetivos e identidade compartilhados entre as regiões participantes, objetivando o desenvolvimento económico e social, a integração regional, o intercâmbio cultural e a proteção ambiental. Podem ser financiadas por autoridades regionais, governos nacionais e pela União Europeia, sendo as Euroregiões estabelecidas por meio de acordos ou tratados formais entre regiões ou outras entidades locais de países, não necessariamente estados membros da União Europeia.

O estatuto jurídico de uma Euroregião é variável, não tendo na maioria dos casos personalidade jurídica, podendo corresponder a uma comunidade de interesses, a um agrupamento europeu de interesse económico, a uma associação sem fins lucrativos, a uma comunidade de trabalho, ou a um organismo público, não dispondo de poderes políticos ou legislativos, nem consubstanciando um novo tipo de administração transfronteiriça, circunscrevendo-se a sua ação às competências das instituições que as constituem.

No que se refere à cooperação entre regiões de fronteira, os principais objetivos das Euroregiões compreendem o desenvolvimento económico e novas formas de fomento do comércio, do investimento e na tipologia de projetos comuns ou complementares nas regiões participantes; a integração regional e coesão territorial, visando melhorar a resiliência e sustentabilidade, nomeadamente pela redução de barreiras e melhor integração das atividades

económicas e sociais; pelo intercâmbio cultural, através do fortalecimento dos laços culturais; pela proteção e valorização ambiental, promovendo a sustentabilidade ambiental e importância e gestão de recursos naturais.

O processo de cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha não é novo, tendo gerado múltiplas entidades e estruturas transfronteiriças, destacando-se as Eurocidades de Chaves-Verín, Valença-Tui, Elvas-Badajoz, Porta da Europa (Almeida-Vilar Formoso-Ciudad Rodrigo- Fuentes d' Oñoro), as Eurorregiões de Galiza-Norte de Portugal, Alentejo-Algarve-Andaluzia e Alentejo-Centro-Extremadura. Importa, igualmente, mencionar a definição de instrumentos de referência para a cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha, como é o caso da ECDT – Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço (2020) e a constituição em 2023 da Rede Portugal-Espanha de Cooperação Transfronteiriça, REDCOT, que visa criar sinergias entre as diversas entidades de cooperação territorial, otimizar as diferentes ações que são levadas a cabo e apoiar a troca de informação.

As ações desempenhadas e a criação de eurocidades e regiões transfronteiriças, são demonstrativas do empenho Ibérico na promoção da cooperação transfronteiriça e do fortalecimento dos laços de vizinhança, visando o desenvolvimento harmonioso das áreas fronteiriças e a integração europeia.

EUROACE

Conscientes de que o fortalecimento das relações de vizinhança promove o processo de crescimento económico e a melhoria das condições de vida dos seus habitantes, bem como a importância da cooperação transfronteiriça, 39 países em 1980 assinam a *Convenção Quadro Europeia para a Cooperação Transfronteiras entre as Comunidades ou Autoridades Territoriais* (Tratado de Madrid), com início de vigência em 1989 em Portugal e em 1990 em Espanha.

O lançamento do Programa Interreg (1989–1993), que visou incentivar a cooperação transfronteiriça entre regiões adjacentes por meio de estratégias de desenvolvimento comuns, veio criar importantes dinâmicas de colaboração entre países vizinhos, levando à criação da Comunidade de Trabalho Alentejo-Extremadura, protocolo assinado pela Comissão de Coordenação Regional do Alentejo e pela Junta de Extremadura em 1992, bem como da criação da Comunidade de Trabalho Região Centro de Portugal-Extremadura, protocolado entre a Comissão de Coordenação Regional do Centro e pela Junta de Extremadura, em 1994.

As duas Comunidades de Trabalho funcionaram de forma independente e paralela numa fase inicial, mas rapidamente se impôs uma dinâmica de colaboração trilateral, com resultados positivos ao nível do processo de cooperação entre as três regiões, reconhecido pelos dois Estados quando confirmaram o modelo nos Programas de Cooperação entre Portugal e Espanha (INTERREG POCTEP).

Com o objetivo de promover e regular juridicamente as formas de cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha, é assinada em Valência no ano de 2002 a *Convenção entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre Cooperação Transfronteiriça entre Instâncias e Entidades Territoriais* (Convenção de Valência).

Visando dar um novo impulso ao processo de cooperação transfronteiriça, capitalizando a experiência adquirida e procurando alcançar um novo patamar de aproximação entre as regiões do Alentejo, Centro e Extremadura, a 21 de Setembro de 2009, em Vila Velha de Ródão, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e a Junta de Extremadura formalizaram através da assinatura do *Protocolo de cooperação transfronteiriça, a constituição da Comunidade de Trabalho EUROACE*, a criação de uma Comunidade de Trabalho, organismo sem personalidade jurídica, designada de EUROACE - Euroregião Alentejo-Centro-Extremadura. Este Protocolo foi renovado em Proença-a-Nova, em novembro de 2022.

De acordo com o estabelecido no Protocolo de constituição da EUROACE, a Comunidade de Trabalho visa fomentar a cooperação transfronteiriça e inter-regional entre as três regiões, promover o desenvolvimento integral dos seus territórios e melhorar as condições de vida dos seus cidadãos, tendo como áreas temáticas prioritárias: agricultura, recursos naturais e ambiente; proteção civil, desenvolvimento local e ordenamento do território; competitividade regional, inovação e desenvolvimento tecnológico; energia, transportes e comunicações; património, cultura e turismo; educação, formação e emprego; juventude e desporto; saúde e serviços sociais.

A Euroregião abrange uma área de cerca de 92.500 km², equivalente a 16% do território e uma população de aproximadamente 3,9 milhões de habitantes, 7% do total da Península Ibérica. De acordo com a *Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos* (NUTS), o sistema hierárquico de divisão do território em regiões criado pelo Eurostat, a EUROACE é constituída pelas NUTS II Região Centro, Região do Alentejo e Comunidade Autónoma de Extremadura. Em Portugal, a Euroregião abrange as NUTS III, Comunidades Intermunicipais das Beiras e Serra da Estrela, Beira Baixa, Médio Tejo, Oeste, Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria, Viseu Dão-Lafões, Alentejo Litoral, Baixo Alentejo, Alto Alentejo e Alentejo Central. Em Espanha inclui as NUTS III Província de Badajoz e Província de Cáceres.



Mapa 1 - Mapa da Euroregião EUROACE

1.4. ESTRATÉGIA EUROACE 2030

A *Estratégia Territorial de Cooperação Transfronteiriça EUROACE 2030* é um plano de desenvolvimento e cooperação estabelecido entre as regiões do Alentejo e Centro de Portugal e a região espanhola da Extremadura e tem como objetivo facilitar e promover a cooperação transfronteiriça entre os agentes do território e progredir na inovação, sustentabilidade, coesão económica e social, bem como reforçar os laços culturais partilhados, incorporando o conhecimento e a perspetiva de género como elementos transversais.

O plano estratégico abrange múltiplos setores e áreas de atuação, incluindo a economia, inovação, empreendedorismo, turismo, cultura, meio ambiente, transportes, energia, educação e investigação. Visa ações conjuntas para o desenvolvimento sustentável, a criação de emprego, o estímulo ao investimento, a melhoria das infraestruturas e a promoção da cooperação entre os setores público e privado. A EUROACE 2030 tem como base os princípios da coesão territorial, da integração europeia e da cooperação transfronteiriça, alinhando-se com as políticas e diretrizes da União Europeia.

A elaboração da Estratégia EUROACE 2030 ocorreu num contexto complexo. Em primeiro lugar pela crise mundial causada pela pandemia COVID-19, com resposta articulada a nível europeu em torno do Plano de Recuperação para a Europa e, fundamentalmente, do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. A invasão da Ucrânia, que trouxe imprevisibilidade e incerteza no seu alcance para a Europa e conseqüentemente para a Península Ibérica, veio condicionar o planeamento do quadro financeiro da União Europeia para 2021-2027.

A Estratégia foi concebida como um instrumento ativo e adaptável aos novos desafios e prioridades, articulando um modelo de monitorização e avaliação capaz de assegurar a implementação das ações e a concretização dos objetivos. As novas prioridades do território, dos agentes da Euroregião e da União Europeia, articuladas com outros instrumentos como os Objetivos

de Desenvolvimento Sustentável definidos pela Organização das Nações Unidas, a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030, o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, os Fundos Estruturais e de Investimento Europeus e da Cooperação Territorial Europeia, comprometemo alinhamento da Estratégia EUROACE 2030 com os Objetivos Políticos estabelecidos:

- **OP1 - Uma Europa mais competitiva e inteligente**, promovendo a transformação económica inovadora e inteligente e a conectividade regional às tecnologias de informação e comunicação;
- **OP2 - Uma Europa mais verde**, hipocarbónica e resiliente, encorajando uma transição energética limpa e equitativa, os investimentos verdes e azuis, a economia circular, a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos;
- **OP3 - Uma Europa mais conectada**, melhorando a mobilidade;
- **OP4 - Uma Europa mais social**, através da implementação do pilar europeu dos direitos sociais;
- **OP5 - Uma Europa mais próxima dos seus cidadãos**, promovendo o desenvolvimento integrado e sustentável de todos os tipos de territórios e iniciativas locais.

1.4.1 Prioridades e Objetivos

PRIORIDADES

Partindo do diagnóstico e estudo das necessidades do território EUROACE ([Diagnóstico EUROACE 2030](#)) indispensáveis à preparação da Estratégia EUROACE 2030, com base nos resultados da análise multidimensional da zona trans-

fronteira EUROACE, e na sequência do processo de participação em que intervieram agentes de diferentes âmbitos da Euroregião, as orientações a seguir foram desenvolvidas através de cinco desafios ou prioridades nas quais se baseia a Estratégia EUROACE 2030.

- **Prioridade 1. EUROACE, um território com vida:** enfrentar os desafios demográficos, fixar e recuperar a população, melhorar a coesão social e a cobertura e prestação de serviços públicos à população em geral, e promover uma estratégia de digitalização do território.
- **Prioridade 2. Articulação e sustentabilidade do território:** melhorar a rede de transportes e mobilidade, promover a mobilidade e acessibilidade sustentáveis, transformar o ambiente num valor de mercado e num elemento transversal; promover o desenvolvimento sustentável, a liderança face às alterações climáticas; promover novos empregos em atividades verdes, energias limpas e eficiência energética.
- **Prioridade 3. Desenvolvimento económico e competitividade empresarial:** Promover a diversificação, a especialização, o cooperativismo, a comercialização e internacionalização, o emprego, o empreendedorismo e a cultura empresarial com uma perspetiva de género, e reforçar a dimensão do sector turístico e cultural dentro da euroregião como gerador de emprego e riqueza.
- **Prioridade 4. Economia do conhecimento, inovação e I&D:** reforçar o sistema de I&D&I de cada território e orientar a sua oferta científico-tecnológica para as necessidades do tecido produtivo, promovendo a colaboração e cooperação entre os diferentes agentes da EUROACE para aumentar a capacidade de produção e inovação do tecido empresarial e favorecer a atração e retenção de talentos nas três regiões.
- **Prioridade 5. Governança:** Para alcançar uma maior consciência de cidadania euro-regional e, favorecendo uma perspetiva multinível, uma colaboração mais eficaz entre as autoridades locais e regionais.

OBJETIVOS

Os objetivos estratégicos da EUROACE 2030, em coerência com os cinco desafios ou prioridades identificadas e nas quais se baseia a Estratégia, são os seguintes:

OE 1) Promover o desenvolvimento transfronteiriço para enfrentar os desafios sociais, demográficos e de igualdade de oportunidades para melhorar a qualidade de vida da população respeitando a perspetiva de género.

OE 2) Promover a transição ecológica, a gestão do espaço partilhado, o transporte e a mobilidade sustentáveis e acessíveis, e a utilização dos recursos para que a eurorregião se torne um território sustentável, interligado e coeso.

OE 3) Apoiar, a partir de uma perspetiva local e transfronteiriça, um mercado de trabalho resiliente, a melhoria da competitividade do tecido empresarial e o turismo sustentável.

OE 4) Avançar para uma economia do conhecimento, e consolidar o ecossistema científico e tecnológico da zona fronteiriça para alcançar um crescimento inteligente através da cooperação na investigação e inovação.

OE 5) Desenvolver um modelo de governação transfronteiriça a vários níveis que promova o conceito de cidadania eurorregional e favoreça a expressão e difusão da cultura.

1.5. NOVA BAUHAUS EUROPEIA



A Nova Bauhaus Europeia é uma iniciativa que visa estimular a criatividade e a multidisciplinidade colaborativa, de modo a melhorar a vida em sociedade, de modo sustentável, inclusivo e belo, aproximando as pessoas ao Pacto Ecológico Europeu.

Apresentada em 2020, por iniciativa da Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, o projeto “Nova Bauhaus Europeia” materializa a aspiração da UE na construção colaborativa de um futuro melhor para todos, em concreto, catalisando a participação ativa de cidadãos, especialistas, empresas e instituições na regeneração ou criação de lugares, produtos e modos de vida mais belos, sustentáveis e inclusivos.

A iniciativa Nova Bauhaus Europeia deve o seu nome e inspira-se na escola Staatliches Bauhaus (a casa de construção), que foi fundada em 1919 em Weimar, na Alemanha, numa época de grandes transformações sociais, e que pautava pela cultura de projeto multidisciplinar e por um espírito modernista que impactou, globalmente, na sociedade, na cultura, na indústria e no ensino do design, da arquitetura, do urbanismo e das artes até aos dias de hoje.

A escola Bauhaus dissipou a diferença entre artes “maiores” e “menores”, propondo uma visão vanguardista na qual a arte, o design e a arquitetura assumiram uma dimensão social utilitária que articulava o conhecimento do ofício, da ciência, da tecnologia e os materiais inovadores, procurando soluções com maior sentido estético e simbólico, economicamente acessíveis, mais úteis, funcionais e seguros para as pessoas.

Deste modo, o projeto Nova Bauhaus Europeia fundamenta-se num triângulo formado por três valores fundamentais indissociáveis: a Beleza, Sustentabilidade, Inclusividade (Beautiful, Sustainable, Together).

Os três valores indissociáveis do projeto NEB almejam a melhoria da qualidade de vida coletiva e transformação dos lugares onde vivemos para um futuro melhor, priorizando a correlação entre a arte, o design, a arquitetura, a engenharia, o artesanato, a cultura, a inclusão social, o ambiente, a indústria, a ciência e a tecnologia.

De modo geral, o projeto NEB promove a reflexão coletiva sobre problemas sociais complexos, catalisando a participação proactiva e apoiando ideias e propostas inovadoras e a sua concretização, de modo que as pessoas as vivenciem. Pretende-se privilegiar uma desaceleração e a simplicidade nos modos de vida e uma melhor conciliação com a natureza e a sua regeneração; o espírito da comunidade, do sentimento de pertença aos lugares e a vida em comunidade; a transformação no terreno e a resiliência para enfrentar os desafios futuros; a cultura material e o património imaterial; o apoio e a criação de condições equitativas para todos; soluções inovadoras com valor económico, acessíveis a mais pessoas, com menor intensidade de carbono; a atratividade e experiência dos lugares; objetos melhores em termos de segurança, durabilidade, utilidade, função e estética centrados nas pessoas; e a circularidade dos materiais com respeito pela natureza e biodiversidade, compatibilizados com as atividades económicas.

Os três valores fundamentais da NEB pretendem incidir localmente (escala do bairro ou povoação), numa lógica regional e territorial coesa, conectada, participativa e comunitária, repensando a economia, a construção, o mobiliário, a moda, o design industrial, a educação, as atividades culturais, a inovação e a vida em sociedade, bem como outros domínios da nossa vida quotidiana. Pretende-se promover ações e projetos mais criativos e coesos, que resultem de visões e saberes interdisciplinares, bem como do cruzamento de conhecimentos de natureza distinta.

No concreto, os três valores fundamentais da NEB organizam-se do seguinte modo:

- Estética (qualidade da experiência e estilo, para além da funcionalidade);
- Sustentabilidade (a sustentabilidade considerando os objetivos climáticos e a circularidade, à poluição zero e à biodiversidade);
- Inclusão (desde a valorização da diversidade e da igualdade para todos à garantia da acessibilidade e preços comportáveis).

O conceito de beleza ou estética vincula-se à experiência das pessoas, tanto individualmente como em comunidade, na relação entre as pessoas, na sua informação e orientação no espaço, na sua experiência, acesso, compreensão e fruição de serviços, objetos e lugares. O papel da arte, da cultura e da paisagem para valorizar, dignificar, promover o território e tornar a vida mais agradável e com mais significado e sentido de pertença ao lugar.

A sustentabilidade (entendida aqui em sentido lato que inclui o nível social, ambiental e o financeiro), pressupondo a mudança nos modos de fazer e viver em sociedade, compatibilizados com o mundo natural, que requerem a participação de muitos, ou seja, que implicam o esforço e um envolvimento coletivo capaz de gerar a transformação de paradigmas sociais, culturais e ambientais. O desígnio deste valor está na redução ou supressão do impacto

ambiental, na circularidade nos ciclos produtivos, na introdução da dimensão humana e cultural, na viabilidade económica de artefactos, serviços, lugares e territórios.

O conceito de inclusividade ou comunidade, surge da necessidade de combater injustiças locais e globais, rompendo com modelos sociais obsoletos. Pretende-se aqui fomentar iniciativas transdisciplinares, as redes colaborativas entre agentes locais, o conhecimento da indústria local com o governo, a indústria e a academia e ciência. Procura garantir e assegurar a todos a igualdade de acesso a oportunidades e recursos e de encorajar intercâmbios entre culturas, géneros e idades.

De modo a enquadrar e caracterizar os projetos que melhor correspondam aos valores do projeto NEB, foi criada a Bússola NEB (NEB Compass), que define os níveis de ambição cumulativos e os princípios expectáveis nos projetos NEB, aplicáveis, tanto na sua conceção, como na sua avaliação.

Em concreto, para cada um dos três princípios fundamentais da NEB, a Bússola NEB apresenta três níveis de ambição cumulativos e princípios, que devem inspirar e orientar as ideias e conceitos de projeto, apresentando questões e exemplos aplicáveis a múltiplos domínios e escalas de intervenção nomeadamente, planos de urbanismo, edifícios, produtos, serviços, ações culturais, modelos de ensino, modelos de inovação, etc..

Na Bússola NEB, o nível de ambição é usado para aferir o estado final e ideal de um valor ou princípio, tendo em conta o contexto do projeto e os recursos disponíveis para o concretizar, conforme se sintetiza a seguir:

AMBIÇÕES CUMULATIVAS AO NÍVEL DA ESTÉTICA

Ambição I – para (re)ativar as qualidades do contexto e contribuir para o bem-estar físico e mental;

Ambição II – para conectar pessoas e lugares pela experiência e reforço do sentido de pertença;

Ambição II – para integrar criativamente novos valores culturais e sociais capazes de promover mudança positiva.

AMBIÇÕES CUMULATIVAS AO NÍVEL DA SUSTENTABILIDADE

Ambição I – para repensar o propósito, com foco na preservação da natureza e da biosfera, a reparação do dano, a reutilização, a redução do desperdício ou da poluição, a atualização e renovação;

Ambição II – para fechar o ciclo, reduzindo os processos industriais lineares ou transformando-os em circulares para atingir o objetivo de poluição zero, envolvendo outros intervenientes na redução do seu impacto ambiental na fase de conceção, produção, uso e morte do objeto.

Ambição II – para regenerar, devolver e aumentar a biodiversidade, incentivando a restauração e a expansão da natureza, valorizando e preservando o ecossistemas e recursos naturais.

AMBIÇÕES CUMULATIVAS AO NÍVEL DA INCLUSIVIDADE

Ambição I – para incluir, garantindo igualdade no tratamento e acesso, independentemente do género, origem racial ou étnica, religião, capacidade, idade ou orientação sexual; garantindo a acessibilidade (física, cognitiva, psicológica, etc.) e preço acessível a todos; dando prioridade às pessoas menos representadas, mais fragilizadas ou desfavorecidas.

Ambição II – para consolidar, igualando relações entre pessoas e comunidades, com igualdade e justiça social ao longo do tempo; modelos de negócio, mecanismos de institucionalização formal e estrutural de financiamento, regulamentar ou político que promovam a inclusão e o acesso igual aos serviços.

Ambição II – para transformar, inspirar para novas formas de viver em comunidade, promover a solidariedade e a cooperação, combater a discriminação e a injustiça; promover valores sociais partilhados, o desenvolvimento social e coletivo, influenciando visões do mundo, paradigmas e comportamentos sociais.

Adicionalmente, os projetos NEB devem incluir três princípios:

PROCESSO PARTICIPATIVO

Ambição I – consultar, recolha e partilha de informações e diálogo entre interlocutores;

Ambição II – cocriar, incluir as partes interessadas no projeto;

Ambição III – autogoverno ação conjunta, capacitação e envolvimento das partes interessadas com os detentores do poder na conceção, gestão, execução, acompanhamento e avaliação dos projetos).

ENVOLVIMENTO A VÁRIOS NÍVEIS

Ambição I – trabalhar em redes locais cooperação intermunicipal, redes e alianças, cooperação informal e/ou formal (por exemplo, grupos de indivíduos, bairros, departamentos sectoriais, grupos políticos...) para influenciar a cultura, a economia, os modos de vida e o ambiente da região.

Ambição II – colaboração em vários níveis (instituições supranacionais, Estados-Membros da EU, Autoridades locais e autoridades locais e regionais), redes informais e/ou formais de várias escalas (por exemplo, municípios individuais com autoridades regionais, estudos locais com programas de investigação internacionais) para impulsionar iniciativas de escala local, regional, nacional...).

Ambição III – trabalho global (impacto em várias escalas, cooperação intersectorial, Relações Norte-Global-Sul), procura um impacto transformador para além da sua escala de aplicação inicial e local, criando redes e/ou instituições (inter)governamentais que, a vários níveis, partilham objetivos semelhantes, tendo em vista o futuro de todo o ecossistema.

ABORDAGEM TRANSDISCIPLINAR

Ambição I – multidisciplinar, abordar um problema comum e envolvendo disciplinas académicas, diversos pontos de vista e profissões;

Ambição II – interdisciplinar, abordar um problema ou questão comum a duas ou mais disciplinas académicas para criar conhecimento e integrar resultados;

Ambição III – para além do disciplinar, integrando conhecimentos formais (académicos e científicos) e informais (locais e tradicionais) para resolver problemas; aproximar e incluir os cidadãos nas políticas, sociais e económicas e na sua concretização em benefício da sociedade.

1.6.

O PROJETO EUROACE_NEB: ESTRATÉGIA ALDEIAS BAUHAUS EUROACE

O território das três regiões que integram a Eurorregião EUROACE enfrenta, de um modo geral, os mesmos desafios estruturais nomeadamente nos territórios de fronteira:

- Baixa densidade;
- Assimetrias na distribuição da população, dificuldades na fixação de população e atração de nova população, envelhecimento populacional, baixas taxas de natalidade;
- Dificuldade em oferecer serviços de nas áreas da educação, saúde, especialmente nos territórios mais dispersos e com pouca população;
- Falta de infraestruturas/contextos para investimento e que permitam a criação de emprego e de fixação e atração de população.

As “Aldeias”/ pequenos centros urbanos, enquanto centros vitais para o desenvolvimento económico e social dos territórios rurais, são particularmente afetadas por estes fatores e constituem parte significativa dos núcleos urbanos do território comum de fronteira.

Tal como está identificado no diagnóstico associado ao Interreg POCTEP a estrutura da fronteira evidencia:

- Predominância do território rural, mais evidenciado no espaço português;
- Convivência da diversidade de situações e modelos de assentamentos populacionais;
- Fraca rede de cidades nas áreas mais próximas à fronteira, o que dificulta o acesso da população aos serviços;
- Tendência, quase transversal, para o deslocamento da população de pequenos núcleos para cidades médias com maiores funções urbanas;

- Um problema demográfico de natureza estrutural, intimamente ligado ao caráter periférico e rural da maioria das áreas que a compõem, em que se destaca a tendência de despovoamento e envelhecimento da população, com diferenças entre os territórios de interior e litoral.

É, no entanto, importante referir que estas áreas, predominantemente rurais, têm como principal trunfo a sua riqueza em recursos agrícolas e pecuários, bem como património natural e cultural que se podem tornar elementos-chave para promover o desenvolvimento económico do território fronteiriço com base nos seus recursos endógenos.

A elaboração da “Estratégia Aldeias Bauhaus EUROACE” pretende contribuir para a definição de uma estratégia de regeneração económica, social, cultural, artística e ambiental a partir de intervenções em aldeias de relevância local que possam servir como exemplo de boas práticas a seguir.

É fundamental mencionar que um dos grandes desafios a que este projeto pretende dar resposta é o desafio demográfico, pelo que contribuir para a criação de condições para permanência da população local e atrair novos residentes é um dos fortes desígnios desta estratégia.

Tal como é referido, os desafios identificados são transversais a toda a fronteira luso-espanhola, com pequenas exceções na área de cooperação Norte-Galiza, pelo que o sucesso da abordagem permitirá sinalizar respostas relevantes para todo território POCTEP.

Assim, a “Estratégia Aldeias Bauhaus EUROACE” pretende abordar as problemáticas do desafio demográfico e de desenvolvimento económico e social a partir da definição de um novo *mix* de políticas para as Aldeias da Euroregião EUROACE, a fim de conter e ajudar a reverter o despovoamento rural.

Esta estratégia visa:

- Identificar recursos endógenos e exógenos que possam ser mobilizados para trajetórias de desenvolvimento renovadas e mais qualificadas;
- Identificar stakeholders dentro e fora do território, que possam atuar como catalisadores de mudança, através do investimento e no desenvolvimento inovador, no médio e longo prazo;
- Identificar prioridades de ação no território, apontando um modelo de desenvolvimento inovador, resiliente, local e transfronteiriço, bem como capacitar pessoas e criar sinergias e oportunidades transfronteiriças;
- Estruturar áreas de captação com base em serviços de rede complementares;
- Promover novas relações rural-urbanas e transfronteiriças;
- Ir ao encontro dos três eixos da NEB, nomeadamente a estética (para ativar uma nova vivência e fruição do lugar e integrar stakeholders no processo de transformação positiva do lugar); a Sustentabilidade (para transformar processos lineares em circulares, restauro e expansão de paisagens edificadas e naturais); e a inclusão (reforçar a inclusão social, promover o diálogo multicultural, o sentido de coesão territorial e sentido de pertença, transformando acessibilidades e criando de redes e sinergias entre pessoas e comunidades);
- Promover a coesão territorial pela qualidade de vida, nomeadamente o acesso à saúde, ensino, cultura, conectividade, mobilidade e ligação às comunidades adjacentes;
- Promover um modelo de desenvolvimento sustentável, multidisciplinar e integrado do território pertencente à EUROACE, na correlação entre as áreas do Ambiente e Ecologia; Economia Circular; Paisagismo, Urbanismo e Arquitetura; Transição Energética; Transformação Digital; Atividades Económicas; Educação; Design, Artes, Ofícios e outras Indústrias Criativas;

- Promover uma dinâmica criativa com iniciativas locais, transfronteiriças e externas, conciliadora do crescimento na atividade económica com o património do lugar e a valorização da paisagem urbana e rural.

Pretende-se que seja uma Estratégia construída no território, com a participação do território e para o território, contando com um processo participativo de análise das necessidades e potencialidades dos territórios.

Importa mencionar que a abordagem NEB constitui, igualmente, uma abordagem inovadora que foi lançada pela presidência da Comissão Europeia e que a EUROACE assumiu, desde o início, como a abordagem a aplicar ao território neste período, sendo que a sua aplicação ao contexto rural e de forma mais concreta aos pequenos núcleos urbanos constitui mais um elemento desafiador.



Capítulo 2

A ÁREA FUNCIONAL DA EUROACE: Características e Diagnóstico

2.1.

ENQUADRAMENTO TERRITORIAL DA EUROACE

A Euroregião EUROACE é constituída por 510 concelhos: 47 concelhos no Alentejo, 100 concelhos na Região Centro e 388 concelhos na Extremadura. Esta vasta Euroregião estende-se por uma área de 92.500 km² e possui 3.983.822 habitantes, o que se traduz numa densidade populacional de 43,1 hab./km². Quanto à distribuição da população na Euroregião, a maioria está localizada em áreas rurais, que concentram aproximadamente dois terços dos habitantes.

Relativamente à estrutura demográfica por faixas etárias, as baixas taxas de natalidade e mortalidade aliadas a um significativo processo de envelhecimento da população fazem deste fator um dos principais desafios que a EUROACE deve enfrentar, uma vez que dificulta a prestação de serviços básicos e o desenvolvimento das atividades necessárias ao quotidiano das comunidades locais.

Relativamente à atividade económica, a EUROACE apresentou um PIB de quase 74.084 milhões de euros em 2019 (0,5% do PIB da UE27 e 5% do da Península Ibérica). A Região Centro produz cerca de 54,0% da riqueza da Euroregião, enquanto a Extremadura contribui com 27,9% e o Alentejo com 18,1%. No ranking do Índice Regional de Competitividade, para 2022, A Região Centro ocupa a posição 148 (em 234), com um valor de 89.0, o Alentejo, a posição 179, com um IRC de 79.1 e a Extremadura a posição 196, com um valor de 70.1. Estes dados significam que a Euroregião continua a ser uma das áreas "menos desenvolvidas" da Europa. As PME constituem a estrutura empresarial dominante na EUROACE (em 2019 representavam 99,4% do universo empresarial).

Relativamente aos setores de atividade, o setor terciário é o predominante (comércio e administração pública), seguido da indústria e construção. O setor primário é relevante em termos de contribuição para o VAB total e número de empresas. A EUROACE dispõe de um conjunto alargado de recursos para uma oferta alargada e diversificada de produtos turísticos: culturais (10 locais classificados como Património Mundial da UNESCO), natureza, saúde e bem-estar, gastronomia, etc..

Apesar de nos últimos anos a evolução ter sido favorável, a taxa de desemprego na zona EUROACE apresenta um valor, no final de 2022, de 7,4%. Por região, a Extremadura é a que apresenta a taxa mais elevada, 17,6%, com valores substancialmente mais baixos verificados para o Alentejo, 5,5% e a Região Centro, 5,3%.

Por último, importa destacar o grande valor ambiental da Eurorregião, onde se situam mais de 90 espaços naturais protegidos, 7 Reservas da Biosfera e Geoparques. Da mesma forma, a Rede Natura 2000 conta com 113 Sítios de Importância Comunitária e 87 Zonas de Proteção Especial para Aves.

2.2.

A ÁREA FUNCIONAL DA EUROACE

2.2.1. Enquadramento da área funcional

A estratégia centra-se na área funcional do espaço de cooperação Alentejo-Centro-Extremadura e envolve:

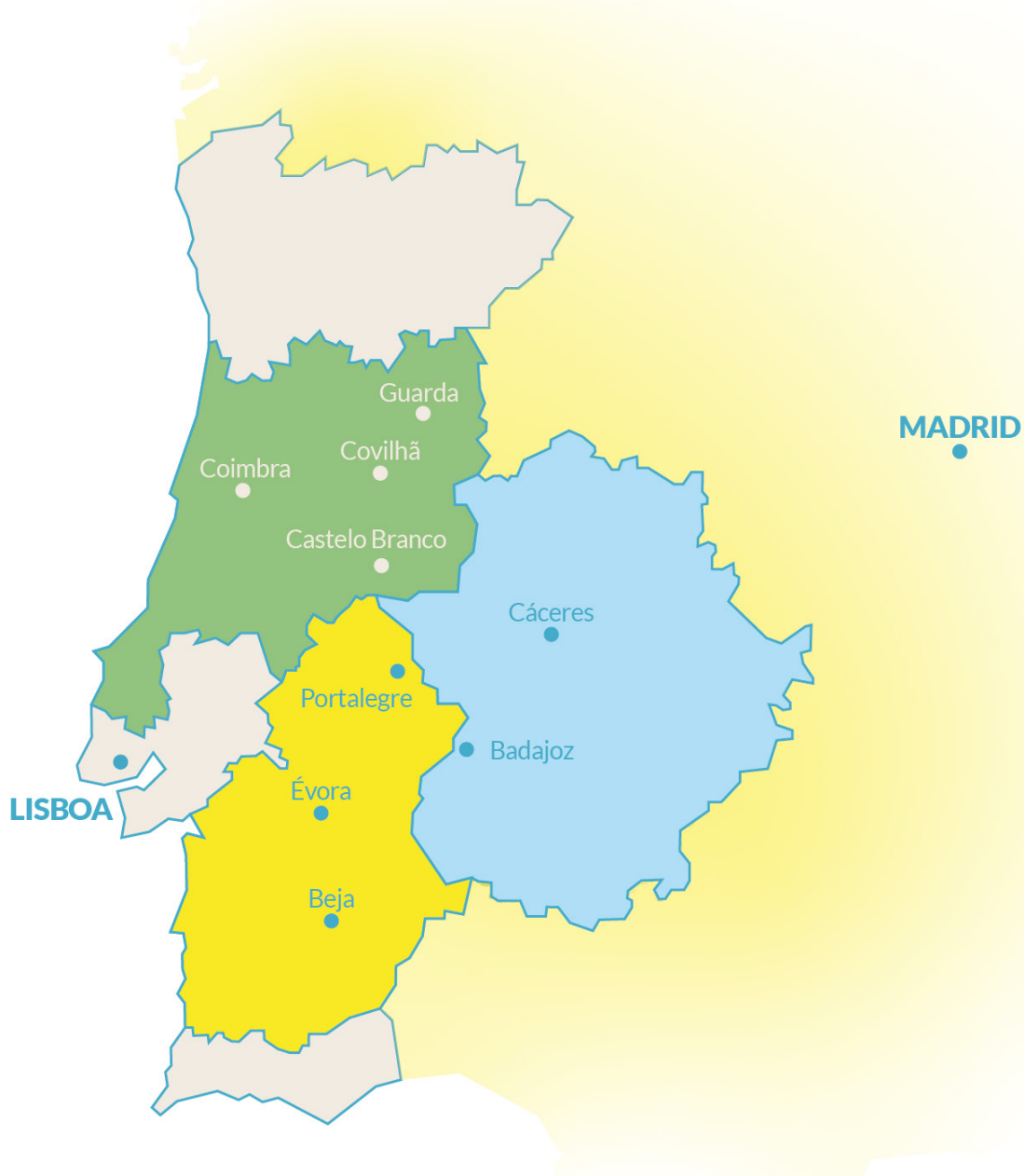
- na Região Centro, os municípios de Pampilhosa da Serra e do Sabugal;
- no Alentejo, os concelhos de Arronches e de Reguengos de Monsaraz;
- na Extremadura, as comarcas de Sierra de Gata, Campiña Sur, Vale do Alagón, Alcántara, Valencia de Alcántara, Albuquerque, Terras de Badajoz, Olivenza e Jerez de los Caballeros.



Mapa 3 - A área funcional

Nesta área funcional, de matriz essencialmente rural, mais evidenciado ainda no espaço português, importa realçar, com exceção da cidade de Badajoz e da sua envolvente de proximidade, a inexistência de centros urbanos de maiores dimensões. Neste sentido, esta área funcional, na sua componente portuguesa, na Região Centro, nos municípios da Pampilhosa da Serra e do Sabugal, o acesso a serviços diferenciados de saúde, de educação superior e de I&DI, é muito dependente da sua articulação e complementaridade com as cidades médias da Covilhã, da Guarda, de Castelo Branco e mesmo de Coimbra. Por sua vez, na Região do Alentejo, os municípios de Arronches e de Reguengos de Monsaraz, para os mesmos efeitos, encontram nas cidades médias de Portalegre e de Évora o acesso a serviços especializados para a população e as empresas. No caso da Extremadura, para além do já mencionado caso de Badajoz que abrange as comarcas da província do mesmo nome, Cáceres, a norte, desempenha um papel similar para as comarcas da respetiva província.

Trata-se de uma articulação rural-urbano vital para a área funcional que importa dotar de maior conteúdo estratégico e diminuir eventuais barreiras de acesso, no sentido de vertebrar todo este território de acrescidos fatores de coesão social e competitividade económica.



Mapa 4 - Cidades da envolvente Regional da área funcional (Covilhã, Guarda, Castelo Branco, Coimbra, Cáceres e Badajoz).

2.2.2. Uma dinâmica demográfica recessiva

No seu conjunto, a área funcional definida abrange 15.795 Km² (16.3% da superfície da Euroregião), uma população de 350.938 habitantes (8,8% da EUROACE) e uma densidade populacional de 22,2 hab./km², um valor substancialmente inferior, que representa apenas 57,7% da média da Euroregião (ver Quadro 1).

Quadro 1 - Municípios e Comarcas da Área Funcional: superfície, população, densidade populacional

MUNICÍPIOS/ COMARCAS	SUPERFÍCIE (KM2)	POPULAÇÃO (2021)	DENSIDADE POPULACIONAL (HAB./KM2)
Pampilhosa da Serra	396	4.132	10,3
Sabugal	823	10.853	13,8
Arronches	315	2.148	8,9
Reguengos de Monsaraz	464	9.853	21,3
Sierra de Gata	1.257	20.570	16,4
Campiña Sur	2.627	28.494	10,8
Valle de Alagón	635	13.854	21,8
Terra de Alcántara	2.176	25.272	11,6
Valencia de Alcántara	1.381	8.147	5,9
Albuquerque	1.421	20.361	14,3
Badajoz	1.440	150.610	104,6
Olivenza	1.566	30.749	19,6
Jerez de los Caballeros	1.291	24.738	19,2
Total	15.795	349.781	22,2

Fontes: INE (PT e ES)

Com exceção da comarca de Badajoz, o território da EUROACE tende a apresentar características marcadamente rurais e baixa densidade Populacional, que resultam sobretudo no forte movimento emigratório ao longo de quase um século.

A análise longitudinal permite, com efeito, perceber que nas duas primeiras décadas do século XXI o comportamento, nos diferentes municípios e comarcas da área funcional, é muito similar, correspondendo, com a exceção, sobretudo, da comarca de Badajoz e, em menor grau à comarca de Vale de Alagón e de Olivenza, que vê o seu efetivo populacional praticamente estabilizado, a um intenso esvaziamento destes espaços (ver Quadro 2), dando continuidade à sangria demográfica que, há largas décadas, vem marcando estes territórios que se debatem com problemas estruturais de desenvolvimento.

Quadro 2 - Evolução da população nos municípios e comarcas da Área Funcional (2001/2021)

MUNICÍPIOS/ COMARCAS	POP. 2001	POP. 2011	POP. 2021	VAR. 2001/11 (%)	VAR. 2011/21 (%)	VAR. 2001/21 (%)
Pampilhosa da Serra	5153	4804	4132	-6,8%	-14,0%	-19,8%
Sabugal	14457	12544	10853	-13,2%	-13,5%	-24,9%
Arronches	3305	2657	2148	-19,6%	-19,2%	-35,0%
Reguengos de Monsaraz	10832	10828	9853	0,0%	-9,0%	-9,0%
Sierra de Gata	24859	23056	20570	-7,3%	-10,8%	-17,3%
Campiña Sur	33455	31420	28494	-6,1%	-9,3%	-14,8%
Valle de Alagón	13331	14792	13854	11,0%	-6,3%	3,9%
Tierra de Alcántara	29335	28415	25272	-3,1%	-11,1%	-13,9%
Valencia de Alcántara	9973	9586	8147	-3,9%	-15,0%	-18,3%
Albuquerque	22722	22162	20361	-2,5%	-8,1%	-10,4%

MUNICÍPIOS/ COMARCAS	POP. 2001	POP. 2011	POP. 2021	VAR. 2001/11 (%)	VAR. 2011/21 (%)	VAR. 2001/21 (%)
Badajoz	136319	151565	150610	11,2%	-0,6%	10,5%
Olivenza	30845	32159	30749	4,3%	-4,4%	-0,3%
Jerez de los Caballeros	27854	27016	24738	-3,0%	-8,4%	-11,2%
Área Funcional	362440	371004	349781	2,4%	-5,7%	-3,5%

Fontes: INE (PT e ES)

No primeiro período intercensitário indicado, 2001/2011, a maioria das taxas de crescimento demográfico das restantes comarcas e municípios são negativas. No entanto, a taxa da área funcional é positiva, 2,4%, o que vem explicado, sobretudo, pelo peso e pela dinâmica demográfica de Badajoz (corresponde a 37,7% do total da população da área funcional e teve, nesse período, uma elevada taxa de crescimento populacional, 11,2%).

No segundo período intercensitário, 2011/2021, todas as unidades territoriais verificam comportamentos demográficos negativos e, inclusivamente, intensifica-se nessa última década, com uma taxa de crescimento negativo de -5,7%. Globalmente, nas duas primeiras décadas do século XXI, a área funcional sofre um decréscimo do seu efetivo demográfico de -3,5%, indicador que, como se depreende, vem fortemente mascarado pelo efeito de escala de Badajoz, e, em menor grau, de Vale de Alagón.

Os municípios portugueses são, com exceção de Reguengos de Monsaraz, fortemente afetados pela perda demográfica, mas este fenómeno é, em ambos os lados da fronteira, particularmente agudo.

A análise diacrónica permite perceber que esta tendência de despovoamento é, no essencial, transversal à área funcional, é de larga escala e de grande intensidade. Trata-se de um problema de natureza estrutural que assenta

em causas múltiplas, com inúmeras implicações no desenvolvimento futuro deste território. Em traços gerais, resulta, por um lado, do contínuo fluxo emigratório que afeta estes territórios, atingindo, sobretudo, a faixa ativa e fértil da população, bem como, por outro lado, da incapacidade em atrair e fixar imigrantes em volumes significativos. Acresce, internamente a estes concelhos e comarcas, que este comportamento demográfico de despovoamento das áreas rurais mais periféricas decorre a par da tendência de um aumento relativo da concentração nos aglomerados urbanos de maior escala, acentuando, assim, também, as assimetrias internas da área funcional.

O despovoamento do meio rural e a tendência para a concentração nas cidades, decorre, por um lado, de fatores relacionados com a falta de serviços públicos básicos, de saúde, sociais e educativos e, por outro, em larga medida, da falta de oportunidades de emprego e da dificuldade em definir projetos familiares para o futuro em condições de estabilidade social e económica.

Este contexto demográfico é uma das principais causas do duplo fenómeno de envelhecimento que tipifica estes territórios: o do alargamento do topo da pirâmide etária, que traduz o peso crescente dos idosos (65 ou mais anos) no total da população, e, paralelamente, o do estreitamento da base, indicando a fraca presença de classes etárias jovens (menos de 15 anos) e, consequentemente, incapacidade crescente para prover internamente respostas aos desafios do despovoamento - designadamente por via da redução na mão de obra disponível para trabalhar e sustentar a economia no futuro.

O Quadro 3, deixa notórios os particularmente elevados índices de envelhecimento dos concelhos de Pampilhosa da Serra e do Sabugal, por comparação ao restante território. Nota, também, para os valores da população estrangeira com estatuto legal de residente que, em 2021, foi de 8992 pessoas, o equivalente a 2.6% do total dos habitantes da área funcional, um valor que, pelas dinâmicas sociais e laborais mais recentes, deixa antever que possa vir a ser reforçado.

Quadro 3 - Municípios e comarcas da Área Funcional: índices de envelhecimento e população estrangeira com estatuto legal de residente.

MUNICÍPIOS/ COMARCAS	ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO, 2021	POPULAÇÃO ESTRANGEIRA COM ESTATUTO LEGAL DE RESIDENTE EM % DA POPULAÇÃO RESIDENTE
Pampilhosa da Serra	698,0	0,9
Sabugal	604,0	1,2
Arronches	284,0	2,5
Reguengos de Monsaraz	210,0	3,1
Sierra de Gata	285,7	1,9
Campiña Sur	200,6	1,6
Valle de Alagón	207,2	1,4
Tierra de Alcántara	223,9	1,2
Valencia de Alcántara	302,3	4,0
Albuquerque	189,4	2,0
Badajoz	104,2	3,6
Olivenza	143,0	1,6
Jerez de los Caballeros	173,5	1,9

Fontes: INE (PT e ES)

2.2.3. Um perfil económico pouco competitivo

O indicador mais expressivo do défice de competitividade da economia da área funcional, sublinhando a excecionalidade do caso da comarca de Badajoz, é, como já mencionado, o da crónica incapacidade do território para criar emprego em quantidade e qualidade. É este contexto que explica, em larga medida, o recorrente saldo migratório negativo, as dificuldades na fixação e atração de população e o conseqüente envelhecimento populacional e, no fundo, o despovoamento destes territórios rurais de baixa densidade.

A leitura do Quadro 4, abaixo indicado, deixa perceber os principais traços que caracterizam a afetação setorial do emprego pelos diferentes setores de atividade económica. O primeiro elemento que ressalta dessa análise prende-se com a preponderância do setor terciário (serviços e comércio) na economia da área funcional - nas treze unidades administrativas que compõem este território, apenas três (Valencia de Alcántara, Albuquerque e Jerez de los Caballeros) não possuem mais de 50% do efetivo laboral total afeto a estas atividades económicas. E dessas três, apenas em duas, (Valencia de Alcántara e Jerez de los Caballeros), o setor terciário não é o dominante.

Trata-se, portanto, de uma economia acentuadamente terciarizada, uma característica que é atualmente comum à maior parte dos territórios ibéricos, quer urbanos, quer rurais, e, em geral, tipifica também as economias modernas mais desenvolvidas. Os diferentes territórios da área funcional possuem uma base de emprego fortemente assente no setor terciário, designadamente ancorada nas atividades relacionadas com os serviços pessoais e sociais (de que as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, ERPIs, são o melhor exemplo, constituindo, não raramente, os principais empregadores locais), no pequeno comércio e, também, no turismo e unidades de apoio social. Esta modalidade de terciarização raramente tem sido acompanhada da criação e qualificação dos serviços públicos, os quais são incipientes, pouco competitivos, não sendo os mais relevantes para o território.

Quadro 4 - Repartição setorial das atividades económicas, 2021 (%)

Nota: os valores apresentados no quadro para Sierra de Gata, Valle de Alagón e Tierra de Alcántara são relativos a 2011.

MUNICÍPIOS/ COMARCAS	SETOR PRIMÁRIO	SETOR SECUNDÁRIO	SETOR TERCIÁRIO
Pampilhosa da Serra	3.4	22.9	73.7
Sabugal	10.3	20.6	69.0
Arronches	12.2	14.7	73.1
Reguengos de Monsaraz	15.5	19.3	65.1
Sierra de Gata	14.4	26,1	59.5
Campiña Sur	26.1	21.7	52.1
Valle de Alagón	15.3	31.6	53.1
Tierra de Alcántara	11.4	31.4	57.2
Valencia de Alcántara	50.9	8.4	40.7
Albuquerque	40.8	14.6	44.6
Badajoz	26.7	15.1	58.2
Olivenza	28.3	13.4	58.3
Jerez de los Caballeros	43.7	25.2	31.1

Fontes: INE (PT e ES)

O setor primário, outrora a grande força económica motriz destes territórios, nomeadamente pelas atividades ligadas à silvicultura, à agricultura e à pecuária, tem vindo a sofrer um forte processo de reestruturação, com forte libertação de mão-de-obra, a que não é alheia, por um lado a crescente intensificação ca-

pitalística do setor e, por outro, o progressivo abandono das explorações menos competitivas. O setor tem expressão reduzida (Reguengos de Monsaraz) e muito reduzida (nos restantes concelhos portugueses da EuroACE) mas, por contraponto, é, de um modo geral, mais importante, pelo seu peso empregador e gerador de riqueza, nas comarcas extremenhas que integram a área funcional. O setor primário (agricultura, silvicultura e pecuária, sobretudo) constitui uma força motriz de assinalável relevo no contexto das comarcas de Valencia de Alcántara, Jerez de los Caballeros e Albuquerque, em todas elas com valores superiores a 40%, o que é, por si só, sintomático da sua importância.

O setor secundário (basicamente, indústria e construção civil) detém uma menor importância nas economias locais, indo do valor mínimo, quase inexpressivo, de Valencia de Alcántara (8.4%) até a um máximo de 31.6% na comarca de Valle de Alagón. O setor secundário está essencialmente associado ao agroalimentar (nomeadamente, vinho, produtos lácteos, azeite, enchidos) e à fileira da madeira, designadamente primeiras transformações (serrações) e segundas transformações (paletes e biomassa combustível, pellets e briquetes).

Saliente-se, adicionalmente, o esforço que este território tem vindo a realizar para promover o desenvolvimento de setores emergentes, nomeadamente de energia renovável (eólica e fotovoltaica) que, todavia, possuem expressão empregadora reduzida, não sendo muito expectável que existam condições para que o setor se alongue para montante, no sentido de poder vir a estruturar um cluster industrial nesse domínio de atividade.

Trata-se, de um modo geral, de um tecido empresarial assente em micro, pequenas e, em menor medida, em médias empresas, frequentemente de base familiar que se debatem com problemas de captação e renovação de recursos humanos, com competências académicas e profissionais ajustáveis aos novos desafios de inovação e qualidade que os mercados exigem.

É, no entanto, importante referir que estas áreas, predominantemente rurais, têm como principal trunfo diferenciador a sua riqueza em recursos agrícolas e pecuários, bem como o vasto património natural e cultural, que se podem tornar elementos-chave para promover o desenvolvimento económico competitivo e sustentável do território fronteiriço com base na valorização dos seus recursos endógenos.

2.3.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DAS ALDEIAS BAUHAUS EUROACE

Pilotos da área Funcional

No que se refere à implementação de projetos com potencial de mudança, as seis Aldeias Bauhaus irão funcionar como pilotos do conjunto do território da área funcional. Em Portugal, na Região Centro, Sortelha é sede de freguesia no município do Sabugal. De fundação medieval, é uma das mais antigas vilas portuguesas e faz parte da rede de Aldeias Históricas de Portugal. Sortelha apresenta um aglomerado urbano no qual se destaca o castelo, guardado por um anel defensivo, numa configuração que se preserva desde o renascimento. Uma das maiores festividades da aldeia é a feira medieval Muralhas com História, que, com o passar dos anos, tem recebido cada vez mais visitantes e é reconhecida como uma das mais belas feiras medievais do país.

Dornelas do Zêzere é uma freguesia do município de Pampilhosa da Serra, que irrompe em declive na paisagem natural na margem direita do Rio Zêzere. Dornelas do Zêzere caracteriza-se pelo património etnográfico e pelo trabalho que ali se tem vindo a desenvolver na prestação de cuidados de saúde, sobretudo direcionado para o apoio à população idosa e pelo espírito de interajuda e colaboração da comunidade. De referir, também, que esta freguesia possui uma

forte vinculação laboral às Minas da Panasqueira, couro mineiro que funciona há 120 anos e de maneira praticamente ininterrupta, com forte impacto na identidade e história da envolvente territorial de proximidade.

No Alentejo, a localidade do Marco é uma anexa da freguesia de Esperança, concelho de Arronches, que está unida à povoação espanhola de El Marco, pertencente a La Codosera, pela ponte internacional mais pequena do mundo. Esta ponte atravessa a Ribeira de Abrilongo que delimita a fronteira entre Portugal e Espanha. Na freguesia de Esperança existem dois importantes abrigos com pinturas de arte rupestre: o abrigo de Vale de Junco, na Serra de Louções e o abrigo Pinho Monteiro, na Herdade do Monte Novo.

A freguesia de São Pedro do Corval, pertencente ao concelho de Reguengos de Monsaraz, caracteriza-se pelo seu património cultural e artístico associado ao artesanato, em particular à cerâmica, que remonta aos tempos pré-históricos. É nesta localidade que se encontra a maior concentração de olarias de Portugal e uma das maiores da Península Ibérica.

Na Extremadura, Moraleja é um município localizado na comarca da Serra de Gata, província de Cáceres, que integra várias pequenas aldeias e povoações como Cañadas e Rozacorderos. O centro histórico de Moraleja é um exemplo da arquitetura da descolonização espanhola de meados do século XX. Apresenta uma ponte comprida com 14 arcos de diferentes vãos e tipologias que atravessam a ribeira de Gata (afluente do rio Árrago), em cuja margem se destaca uma zona de lazer. Trata-se de uma região raiana, com potencial ao nível do património imaterial, com origens a partir do Paleolítico inferior. É o epicentro do comércio e indústria da comarca, sendo que o turismo está sobretudo associado à região da Serra de Gata.

Llerena, também na Extremadura, é um município da província de Badajoz, na comarca de Campiña Sur. Localiza-se numa região que ao longo da história beneficiou da riqueza mineira e de solos férteis. Llerena foi declarada Conjunto Histórico-Artístico em 29 de Dezembro de 1966. Tem um plano territorial definido e infraestruturas robustas ao serviço da comunidade.

O Quadro 5 apresenta um conjunto de indicadores-base das Aldeias Bauhaus EUROACE.

Quadro 5 - Aldeias Bauhaus Euroace - superfície e população

REGIÃO	ALDEIA/ LOCALIDADE/ MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE (KM2)	POPULAÇÃO (2021)	VARIAÇÃO POPULAÇÃO (2011-2021, %)	ÍNDICE DE ENVELHE- CIMENTO
Centro	Dornelas do Zêzere	16,40	667	-2,2	830,6
	Sortelha	25,27	320	-27,9	627,3
Alentejo	Marco (Esperança)	57,15	589	-20,3	355,0
	São Pedro do Corval	96,41	1.308	-5,8	280,4
Extrema- dura	Moraleja	124,5	6.685	-6,0	-
	Llerena	163,00	5.697	-5,3	-

Fonte: INE (PT e ES)

O território que envolve as seis aldeias Bauhaus evidencia, com alguns cambiantes, traços sociais e económicos que foram já apontados para esta área funcional. Trata-se, no essencial, de espaços marcados por uma profunda dinâmica populacional recessiva, de despovoamento e envelhecimento demográfico que radicam numa multiplicidade de causas e que acarretam sérios constrangimentos de desenvolvimento a estes territórios periféricos - de escassez de mão-de-obra, de reduzido investimento produtivo, de rarefação de infraestruturas científicas e tecnológicas, bem como ao nível da mobilidade e oferta de serviços de educação/formação e saúde, sobretudo nos núcleos habitacionais mais pequenos ou mais distantes da sede dos municípios.

Em particular, as questões económicas e as relativas à mobilidade local, municipal e intermunicipal, entre outras, foram as tidas como mais críticas nas sessões públicas de apresentação e discussão do projeto que foram realizadas. Por outro lado, os domínios de intervenção considerados mais desenvolvidos estão relacionados com a cultura e a qualidade de vida proporcionada por estes territórios.

Na sequência dos trabalhos desenvolvidos no contexto do projeto de Assistência Técnica, o quadro 6 apresenta os resultados da discussão pública desenvolvida em cada uma das localidades.

Quadro 6 - Aldeias Bauhaus EUROACE - áreas de intervenção mais e menos desenvolvidas.

Vilas	Qual é, atualmente, a área de intervenção mais desenvolvida ?	Qual é, atualmente, a área de intervenção menos desenvolvida ?
Llerena	Cultura	Viabilidade Económica
Moraleja	Qualidade de vida	Mobilidade-Acessibilidade
Sortelha	Cultura	Viabilidade Económica
Dornelas do Zêzere	Qualidade de vida	Viabilidade Económica
Marco	Qualidade de vida	Mobilidade-Acessibilidade
São Pedro do Corval	Cultura	Viabilidade Económica

O território da EUROACE, e as Aldeias Bauhaus em particular, apresentam grande potencial em termos de valorização e inovação passíveis de melhor servir as comunidades locais e promover a economia, a cultura, a preservação dos ecossistemas e o bem-estar das comunidades. Em grande parte, o potencial do território Euroace reside numa renovada lógica de ação coletiva, é possível trilhar caminhos de desenvolvimento que venham a permitir alcançar patamares acrescidos de sustentabilidade, competitividade e coesão social e territorial, numa relação mais próxima e sustentável com a natureza e os ecossistemas, e com atenção redobrada aos fatores de reforço da coesão social e territorial.

2.4. ANÁLISE SWOT DA ÁREA FUNCIONAL

FORÇAS	FRAQUEZAS
Riqueza natural e histórico-cultural, com ecossistemas e áreas protegidas únicas, bem como de património cultural, material e imaterial, de elevado potencial para prover fileiras de emprego nos domínios da economia verde, das indústrias criativas e do turismo natural e cultural.	O crescente despovoamento e o envelhecimento demográfico são um problema com raízes estruturais, transversal ao território e de forte intensidade.
Quadro locativo à escala ibérica, o que posiciona favoravelmente o território do ponto de vista logístico, nomeadamente do ponto de vista do acesso aos mercados metropolitanos de Madrid e Lisboa.	Incapacidade em sustentar os fluxos emigratórios e em atrair e fixar imigrantes para contrariar essa perda e, eventualmente, vir, gradualmente, a revertê-la.
Forte dotação de instituições na área do desenvolvimento local e rural que trabalham o território e têm uma vasta experiência na criação e gestão de projetos de animação territorial.	O território apresenta índices baixos na captação de investimento tecnológico, com défice de áreas de especialização regionais com notoriedade nacional/ internacional.
Condições edafo-climáticas favoráveis quer a formas de agricultura intensiva, quer a práticas extensivas, promotoras de culturas e produtos orgânicos com elevado potencial de mercado.	A área funcional sofre ainda de importantes <i>handicaps</i> , sobretudo ao nível da acessibilidade (rodoferroviária) e conectividade internas e intrarregionais.
Elevado potencial para, na área funcional, estruturar uma prestação de serviços especializados de apoio aos idosos mais alargada, profissionalizada e competitiva, tendo em vista a captação de mercados e públicos extra-locais.	Reduzidos níveis de cooperação entre atores privados locais, regionais, nacionais e transfronteiriços, nomeadamente a nível europeu.

FORÇAS	FRAQUEZAS
Proximidade a centros urbanos regionais potenciais prestadores de serviços especializados nos domínios da saúde, da educação a nível superior, da inovação e transferência de conhecimento, da cultura, entre outros.	Problemas pontuais, mas importantes, de desqualificação urbanístico-paisagística que afetam negativamente o bem-estar comunitário e o potencial de atração dos lugares.
Forte vontade de aprofundar os laços de cooperação às escalas local, regional e transfronteiriça por parte dos atores institucionais, associativos e empresariais.	Reduzida valorização dos recursos naturais e histórico-culturais sob o ponto de vista socioeducativo e económico.
Experiência na criação e gestão de programas, de reconhecido mérito, de recuperação urbanística, patrimonial e paisagística (por ex., Rede de Aldeias Históricas, Aldeias do Xisto) constitui um forte, e escalável, ativo territorial.	Baixos níveis de adaptação às alterações climáticas.
O território funcional detém uma crescente especialização na produção de eletricidade com tecnologias solar e eólica, e tem um grande potencial na geração de energia para biomassa a partir de resíduos florestais, agrícolas e pecuários.	Economias locais com crescente especialização no setor terciário, gradual <i>downsizing</i> das atividades ligadas ao setor primário e também fraca expressão empregadora do setor transformador.
Territórios com identidade e cultura vinculada à sua localização e paisagem natural e edificada.	Assimetrias no número de espaços e eventos que propiciem o convívio multigeracional, a cooperação e a cocriação.
Existência de condições logísticas para acolher e promover projetos de empreendedorismo de base local.	Baixos índices ao nível do desenvolvimento e dinamização de atividades sociais, económicas, turísticas e educativas e recreativas a partir das indústrias culturais e criativas.

FORÇAS	FRAQUEZAS
<p>A forte expressão da identidade coletiva e do sentido de pertença constituem valores inestimáveis numa lógica de animação para o desenvolvimento sustentável, inclusivo e belo do território.</p>	<p>Tecido produtivo caracterizado pelo predomínio de micro e pequenas empresas, produtoras de bens e serviços com baixo valor acrescentado.</p>
	<p>Ausência de uma rede de serviços conectados ajustados à população.</p>
	<p>Mercado de trabalho que se debate com crónicas dificuldades de angariação e fixação de mão-de-obra, reduzidos níveis de educação e de qualificação profissional da população.</p>
	<p>Baixa correlação entre o território e o sistema de ensino superior e científico.</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Maior apoio da União Europeia para o desenvolvimento local e regional, através de fundos estruturais e programas de cooperação transfronteiriça.</p>	<p>Eventual prolongamento, e até aprofundamento, do efeito de polarização por centros urbano-metropolitanos, na atração de recursos humanos.</p>
<p>Nova Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia, inclui várias medidas destinadas a apoiar os territórios rurais.</p>	<p>Possível criação de crescentes assimetrias territoriais à escala intermunicipal e intercomarcial pela progressiva concentração da população nas sedes dos concelhos e comarcas.</p>
<p>Gradual perceção da importância do mundo rural como produtor de bens e serviços ambientais.</p>	<p>Competição com outros territórios por recursos humanos e por investimentos produtivos nos diferentes setores de atividade.</p>

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Procura de novos produtos de nicho e/ou gama com indicação geográfica de proveniência ou produtos com selo de produção biológica.	Alterações climáticas e os seus impactos negativos previsíveis ao nível dos ecossistemas, da biodiversidade, da gestão do ciclo da água, das atividades agrícolas e pecuárias e do turismo.
Tendência da procura do turismo alternativo ao produto sol-praia, pode ser aproveitado para atrair mais turistas.	As tensões que podem impactar o setor agroindustrial, largamente dependente dos mecanismos de concorrência internacional e do controle das multinacionais, podem vir a afetar o perfil de especialização agrícola do território funcional.
Investimentos em infraestrutura, incluindo energia renovável, transporte e telecomunicações.	Eventuais flutuações no preço de <i>commodities</i> como o azeite, o vinho e a carne (bovino e porco) podem afetar as economias locais.
Promoção de iniciativas de inovação e empreendedorismo podem criar empregos mais qualificados e gerar maior valor acrescentado.	Crescente dependência do setor do comércio de padrões nos hábitos de compra e consumo com o surgimento da internet, da pressão exercida pelas médias e grandes cadeias de distribuição e da concorrência das cidades de maior porte como centros de comércio.
Crescente procura do território por estrangeiros associados ao conceito de neorruralidade e à qualidade do espaço biofísico.	Forte concorrência turística devido à proliferação de ofertas, aos novos modelos de consumo promovidos pela internet, à sazonalidade e à dificuldade de diferenciação.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Ligação mais forte e efetiva ao ensino superior e ao sistema científico.	Persistência da perceção social negativa de profissões associadas ao mundo rural e, em especial, ao setor primário, pode continuar a pesar nas decisões individuais na altura de decidir escolhas e projetos de vida.
Posicionar o território em áreas de especialização diferenciadoras que valorizem o património material e imaterial e os recursos endógenos e humanos.	Mediatização negativa que é feita do mundo rural pode continuar a sedimentar a ideias de que o mundo rural é bom para visitar e fruir mas não para residir e trabalhar.
Internet e as novas tecnologias de comunicação tendem a esbater os conceitos de centro e periferia no mapa das relações virtuais que geram.	Potencial mimetismo acrítico da replicação mecânica de estratégias e soluções importadas de outras realidades territoriais.
Investimento e na gestão dos recursos naturais e energéticos, da história, do saber e dos materiais locais.	
Crescente qualificação dos recursos humanos pode funcionar como fonte de renovação de competências.	
Definição de um modelo de gestão do território mais aberto e participado a par da implementação de projetos piloto replicáveis.	
Expetável surgimento de novas fileiras de atividade nos domínios da cultura, das indústrias criativas, do ambiente e do lazer.	

Capítulo 3

Análise prospetiva e Cenários de Futuro

Neste trabalho, são apresentados dois potenciais cenários de desenvolvimento territorial, de médio-longo prazo, para a Área Funcional: um tendencial, que extrapola as dinâmicas sociais, económicas e ambientais que têm vindo a ser prosseguidas ao longo das últimas décadas; e outro, voluntarista, de bifurcação gradual e de qualificação da trajetória de desenvolvimento deste território.

No âmbito deste documento, é entendimento que os cenários correspondem a potenciais caminhos alternativos de desenvolvimento futuro. No fundo, corporizam narrativas que ajudam a explorar possibilidades e planejar ações futuras que contribuam para que se possa optar por um cenário de qualificação do território. Trata-se de hipóteses prospectivas a partir das quais se desenha uma estratégia que orienta as ações e projetos geradores da mudança necessária para enfrentar os desafios previamente identificados.

3.1.

CENÁRIO TENDENCIAL DE PERDA DE COMPETITIVIDADE TERRITORIAL

O cenário tendencial é baseado na atual trajetória de desenvolvimento da Área Funcional. Este cenário assume que não se verificarão mudanças significativas nas políticas e estratégias territoriais, regionais, nacionais e transfronteiriças nos próximos anos. Neste quadro, o envelhecimento demográfico acentuar-se-á e a emigração de jovens continuará a ser um problema significativo, acentuando os problemas associados ao processo de despovoamento. Aprofundar-se-ão, portanto, os problemas crónicos de que esta dinâmica demográfica recessiva é, simultaneamente, efeito e causa e que, no essencial, traduzem défices estruturais de competitividade territorial.

Acentuar-se-ão os riscos de encerramento de serviços públicos nos aglomerados de menor escala, o mesmo sucedendo com o comércio e os serviços pessoais, por falta de limiares mínimos populacionais que os permitam viabilizar. Estes espaços transfronteiriços debater-se-ão com uma situação paradoxal que resulta de, por um lado, coexistir libertação de mão-de-obra de setores tradicionais em acentuado processo de reestruturação, como acontece, designadamente, com as atividades agrícolas e silvícolas, com a incapacidade em reconverter e atrair mão-de-obra para algumas fileiras emergentes de emprego em alguns ramos de atividade, como o agroalimentar e o turismo em espaço rural.

A rarefação de jovens, a par da crescente exiguidade dos mercados locais e regionais tornam cada vez mais difícil o lançamento de projetos empresariais com potencial motriz da economia destes territórios, situação que se vê agravada pela incapacidade para captar investimento externo produtivo. As taxas de desemprego relativamente baixas mascaram o problema do emprego - no essencial, a mão-de-obra local jovem parte em busca de projetos de trabalho e de vida mais auspiciosos, uma vez que a qualidade dos empregos disponíveis continuará a ser baixa. É possível que a fixação de novos imigrantes na área funcional venha a aumentar, sendo sobretudo, constituída, por um lado, por idosos, pensionistas, em busca de locais pacatos e baratos para residir, com melhor qualidade de vida e, por outro lado, por famílias mais jovens com um estilo alternativo de vida, que procuram refúgios *eco-friendly* para viver - em ambos os casos, tirando o chamado “efeito de massa”, e salvo casos pontuais, é reduzida a expectativa de fertilização económica dos aglomerados.

A oposição rural (tradicional, fechado, conservador)-urbano (inovador, aberto, dinâmico) joga, claramente, em desfavor destes territórios mais periféricos e, na ausência de fortes medidas que combatam esta imagética negativa, o carácter pouco atrativo dos territórios pode ser acentuado.

A economia da área funcional continuará, nestas circunstâncias, a perder competitividade. A economia acentuará as características do fenómeno de terciarização de baixa gama, com gradual esvaziamento do setor primário e incapacidade para robustecer o setor secundário transformador que é, sobretudo, marcado pela presença de micro e pequenas empresas de reduzido perfil exportador.

De um modo geral, estes territórios possuem um rico e diverso legado histórico-patrimonial, material e imaterial, a par de valores naturais, incluindo áreas protegidas, de grande valor enquanto reservas da biodiversidade e significativo potencial turístico, recreativo e terapêutico, situação que, contudo, não encontra tradução direta em termos de animação, criação de emprego e desenvolvimento das economias locais.

As relações urbano-rural decorrem de forma competitiva, em desfavor dos territórios mais periféricos com acrescidos problemas estruturais de desenvolvimento. Não admira, neste contexto, que, por exemplo, o comportamento das instituições de ensino superior da região seja o de se constituírem, sobretudo, como recetores de jovens que procuram formação terciária nas universidades e politécnicos das envolventes territoriais mais próximas. Tem reduzida expressão a existência de mecanismos formais de transferência de conhecimento e de fatores de inovação para as comunidades que habitam o território da área funcional.

Existe um cuidado crescente com as intervenções de qualificação urbanística dos espaços públicos, que, contudo, salvo ações de maior escala em determinadas aldeias e centros históricos, deixa transparecer um carácter atomístico, pontualizado e, sobretudo, assente quase exclusivamente nos domínios físico-funcional, escassamente articulado com os vetores de animação e criação de emprego existentes ou a potenciar. Prevalece uma abordagem projetual de intervenção que se crê, neste cenário, possa continuar com perdas manifestas associadas à deficitária participação das comunidades locais nesses processos.

3.2.

CENÁRIO VOLUNTARISTA DE BIFURCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO

O cenário voluntarista de qualificação da trajetória de desenvolvimento é baseado em mudanças significativas nas políticas e estratégias locais, regionais e transfronteiriças para melhorar o desenvolvimento da área funcional.

Este cenário assenta num esforço acrescido para atrair investimentos produtivos em segmentos dinâmicos de mercado, sobretudo numa lógica de aproveitamento das oportunidades geradas pelas transições alimentar, ecológica, energética e digital. Esta aposta, se bem enquadrada territorialmente, poderá constituir um valioso meio de diversificação e renovação competitiva das economias locais. Este cenário de reestruturação competitiva das bases da economia deverá, igualmente, assentar na promoção e qualificação da capacidade endógena de inovar e empreender.

Este caminho de capacitação e valorização da função empresarial endógena é fundamental, pelo que a área funcional deverá recorrer a dotação de meios flexíveis de incubação e à criação de redes formais de apoio ao empreendedorismo local. Será feito, também, um esforço para melhor ajustar o aparelho educativo e formativo aos novos desafios da competitividade e da sustentabilidade, incentivando o desenvolvimento de técnicas, organizacionais, comportamentais e de negócios para que os jovens possam ter mais oportunidades de emprego, desde logo na perspetiva já assinalada, de criação do autoemprego e criação de *startups* para promover a inovação e diversificar a economia.

Será vital, neste contexto, o recurso às infraestruturas digitais, com vista a facilitar a ligação em rede, a prestação de serviços eletrónicos (por exemplo, administração, saúde, educação, cultura) e permitir a digitalização da agricultura e da bioeconomia (por exemplo, agricultura de precisão, automação, inteligência artificial).

Neste renovado contexto competitivo, a área funcional verá a sua capacidade de fixar e atrair mão-de-obra reforçada, potenciando as atrações de novos fluxos

imigratórios em idade ativa, inserida no mercado de trabalho e vinculada a projetos de vida territorialmente ancorados. Paulatinamente, pelo efeito conjugado do aumento de fertilidade das comunidades locais e do incremento imigratório, a forte tendência de despovoamento tenderá a diminuir, podendo permitir que a longo prazo, nos casos de maior sucesso destas apostas, alguns fenómenos de inversão demográfica possam vir a ocorrer.

É expectável neste cenário que se possam reforçar assimetrias internas de desenvolvimento, pelo que especial atenção deverá ser prestada às políticas territoriais e sociais no sentido de promover limiares de acessibilidade e qualidade de serviços que garantam níveis aceitáveis de coesão e inclusão social. Uma relação assente na complementaridade de vocações e recursos permitirá refutar a clássica oposição dicotómica urbano-rural e explorar as janelas de oportunidade que se podem abrir neste novo quadro relacional e cooperativo. É provável que surjam, a este propósito, redes *win-win* de colaboração em diferentes domínios, desde o social ao económico, do cultural ao desportivo, da saúde ao lazer e ao turismo.

A vinculação das instituições de ensino superior ao território aumentará a sua capilaridade, afirmando a prestação de serviços especializados às comunidades envolventes como eixo verdadeiramente estratégico do seu posicionamento institucional. A afirmação competitiva e sustentável destes territórios far-se-á pela capacidade em oferecer aos mercados produtos e serviços diferenciados e inovadores.

Esta construção de um caminho desejável de futuro, materializado no cenário voluntarista, corresponde à leitura analítico-prospetiva que sustenta a subsequente ação estratégia proposta no capítulo seguinte.

O Quadro 7, abaixo indicado, sintetiza a prospetiva que foi apresentada.

Quadro 7 - Prospetiva: cenários tendencial e voluntarista de desenvolvimento

	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO VOLUNTARISTA
Governança multinível	Prevalência de modelos centrados, quase em exclusivo, no setor público; iniciativas <i>ad-hoc</i> em função de interesses específicos; cooperação transfronteiriça com impacto aquém do expectável.	Modelos mais alargados de governança multinível, em rede, com forte coordenação e maiores níveis de colaboração local, regional e transfronteiriça.
Dinâmica demográfica	Recessiva, continuação do despovoamento acelerado dos espaços rurais; reduzido contributo da atração e fixação de imigrantes.	Atenuação do ritmo de despovoamento; eventual surgimento de fenómenos de inversão do comportamento demográfico; peso acrescido dos fluxos de imigrantes.
Diversidade da economia rural	Terciarização de gama baixa, reestruturação pouco competitiva do setor agrícola; indústria com reduzida expressão empregadora baseada na micro e pequena empresarialidade, sobretudo assente no agroalimentar; incipiente valorização económica dos valores patrimoniais, naturais e histórico-culturais.	Economia mais diversificada com peso crescente de ramos produtivos mais bem inseridos nos circuitos internacionais de produção e distribuição; reestruturação competitiva do setor agrícola associado à bioeconomia circular – a inovação neste setor envolve o desenvolvimento de técnicas agrícolas avançadas, adoção de tecnologias modernas, como drones e sensores, bem como a implementação de práticas sustentáveis; indústria, comércio e serviços reforçados com incentivos ao empreendedorismo de base endógena; no turismo, a inovação no setor envolve a criação de novas experiências turísticas, a preservação do património histórico através da utilização de tecnologias digitais, como realidade virtual e aumentada, e a promoção do turismo sustentável; implementação de novas tecnologias para melhorar a eficiência energética, o armazenamento de energia e a integração de fontes renováveis na rede elétrica.

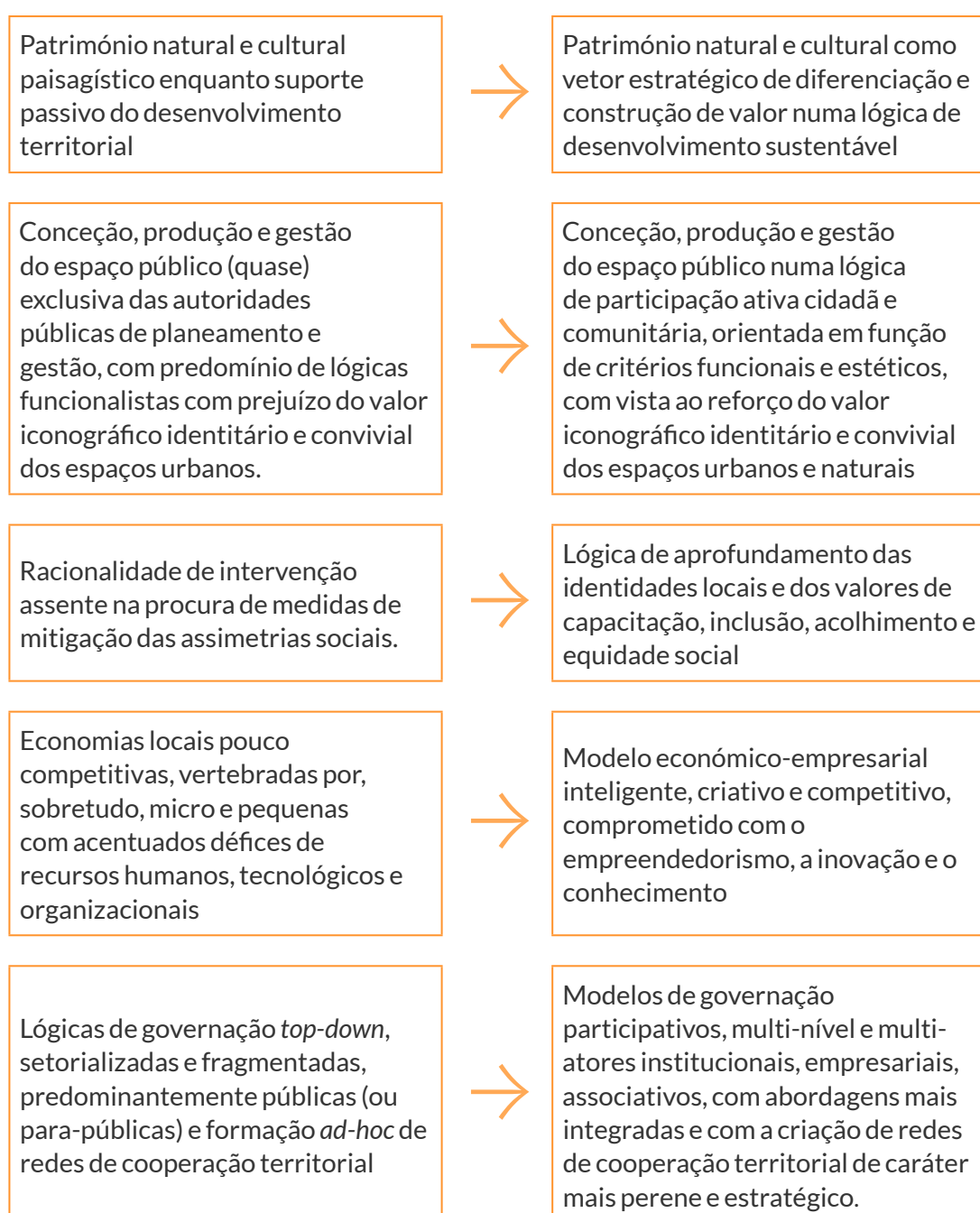
	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO VOLUNTARISTA
Relações rural-urbano	Predomínio de uma perspetiva urbano-cêntrica, hierárquica.	Interdependência e complementaridade reconhecidas; surgimento de redes em diferentes domínios de atividade.
Relações com instituições de ID&I	Casuísticas, obedecendo a lógicas académicas e investigativas; canais de transferência de conhecimento sem reconhecido valor estratégico.	Crescente articulação entre a oferta de I&DI e a procura empresarial e institucional de fatores de inovação; surgimento de processos de inovação aberta; crescente aposta na inovação social.
Infraestruturas e serviços digitais	Níveis razoáveis de cobertura e acesso de internet de banda larga, mas disponibilização de serviços sofisticados de rácio qualidade-custo ainda gravosas para as empresas.	Níveis razoáveis de cobertura e acesso de internet de banda larga, com disponibilização de serviços sofisticados de rácio qualidade-custo acessíveis para as empresas.
Participação cívica	Défice de participação cidadã nos processos de cocriação comunitária; envolvimento de oportunidade de grupos de interesse.	Participação cidadã ativa nas diferentes esferas de atividade; importância crescente atribuída à formação de capital social enquanto vetor estratégico dos processos de animação para o desenvolvimento local.
Coesão social e afirmação identitária	Perda gradual dos valores identitários; risco de desagregação social.	Reforço dos valores de afirmação identitária e do espírito de cooperação de base local; coesão social como eixo estratégico de resiliência e desenvolvimento.
Ordenamento do território e urbanismo	Reduzida valorização dos instrumentos de ordenamento do território enquanto fatores de incremento dos valores paisagísticos e cénicos das comunidades locais; incipiente aposta na qualificação dos espaços públicos (promoção da convivialidade e da mobilidade, afirmação de valores simbólicos identitários).	Valorização dos instrumentos de ordenamento do território enquanto fatores de incremento dos valores paisagísticos e cénicos das comunidades locais; aposta reforçada na qualificação dos espaços públicos (promoção da convivialidade e da mobilidade, afirmação de valores simbólicos identitários).

Trata-se, em suma, de assumir um novo desafio, rumo a um cenário qualificante de desenvolvimento mais competitivo e inclusivo, mais sustentável e esteticamente mais gratificante para as comunidades rurais. É importante, neste sentido, atrair investimentos externos fertilizadores das bases das economias locais, incentivar a inovação e o empreendedorismo, diversificar a economia, bem como reforçar a capacitação educativa e formativa. É fundamental garantir, em paralelo, o reforço dos vetores de afirmação identitária de amarração territorial e a coesão social e, igualmente, cuidar e valorizar os valores ambientais e paisagísticos.

É importante deixar sublinhado que este cenário voluntarista de futuro obriga a repensar os tradicionais modelos de governação, redesenhando novas formas de organização e gestão que impliquem o trabalho conjunto, complementar, das autoridades locais e regionais, dos empresários, das associações e dos cidadãos, para promover o desenvolvimento económico sustentável da área funcional. Um modelo de governação multinível em rede constituirá, por certo, um dos principais catalisadores da desejável mudança que importa operar no mundo rural.

O Quadro 8, aponta para a necessária mudança de entendimento no paradigma de desenvolvimento rural para a área funcional.

Quadro 8 - A mudança de paradigma de desenvolvimento da área funcional



Capítulo 4

EUROACE – Estratégia de Desenvolvimento Territorial

Rio de Dornelas

fonte: Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra

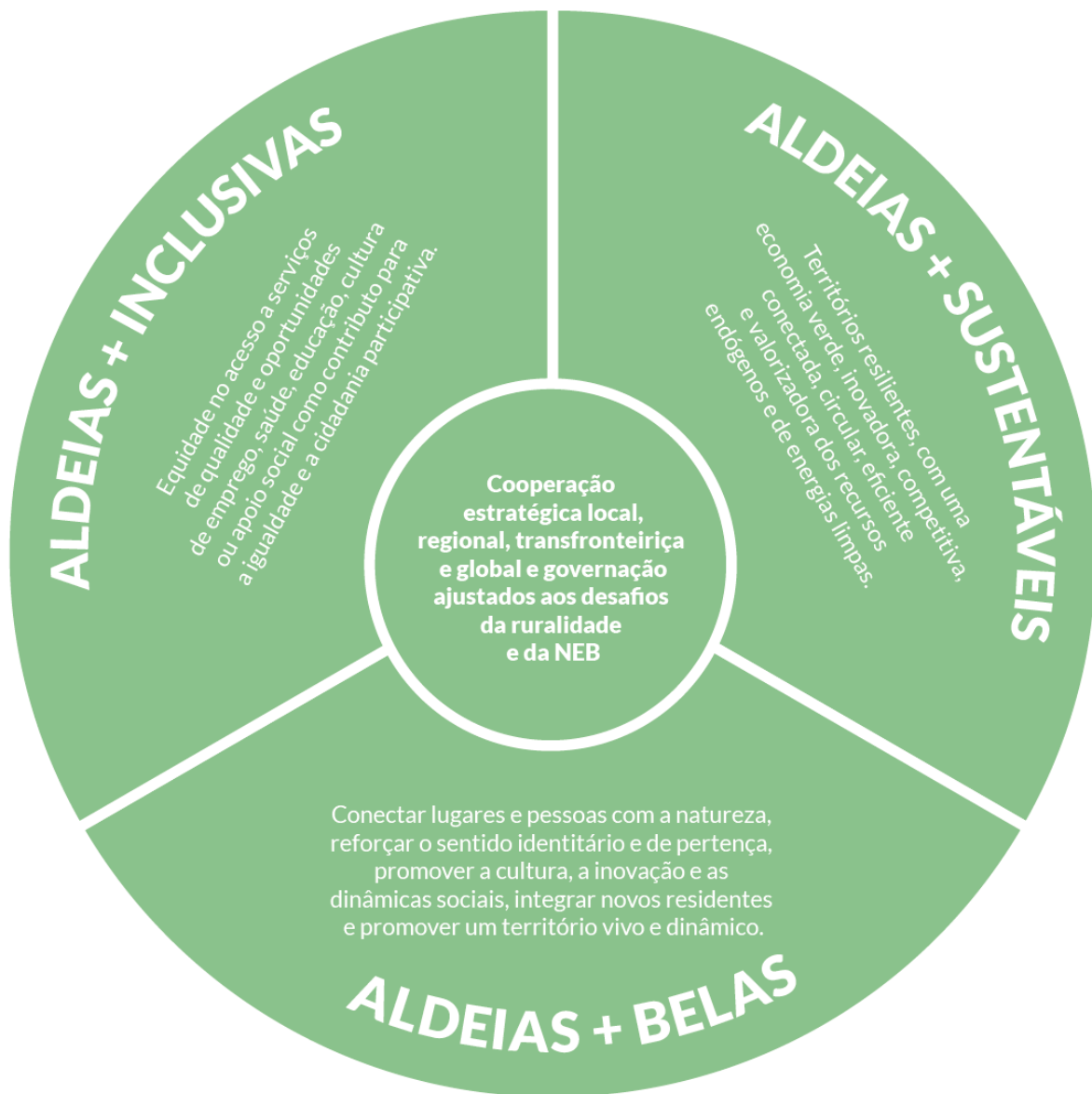
Os caminhos do desenvolvimento local seguem uma tendência estrutural que é, cada vez menos, agrocêntrica. As atividades agrárias vêm, paulatinamente, perdendo centralidade na organização e dinâmica das comunidades agrárias. Este é um momento não tanto de ruturas quanto de ajustamentos, um tempo de oportunidade para afirmar um novo cabaz de atividades que, antes, inexistiam ou eram apenas complementares, periféricas ou subsidiárias no mundo rural. Refira-se, no entanto, que o papel da agricultura não deve ser minorizado, nomeadamente enquanto instrumento ao serviço do Pacto Ecológico Europeu, o qual visa melhorar o bem estar e a saúde dos cidadãos e das gerações futuras.

Não devemos esquecer que os défices de inovação empresarial decorrem, em larga medida, dos reduzidos níveis de inovação institucional e organizacional. É muito difícil fazer florescer empresas em espaços anémicos e desvitalizados, cultural e socialmente. A área funcional da EUROACE, um território periférico, claramente marcado pela ruralidade e com problemas estruturais de desenvolvimento, como o despovoamento e o envelhecimento demográfico, precisa de reinventar a sua economia e alargar a sua base económica. É premente a necessidade de fazer chegar mais e melhor o mundo rural ao mercado, quer a nível local, regional e transfronteiriço, quer nacional e global. Predomina ainda uma conceção de desenvolvimento demasiado centrada no sector primário (e agora, também, no turismo), o que é manifestamente redutor e conduz, frequentemente, a um estreitar de soluções, quando não a um beco sem saída.

No que diz respeito, especificamente, às aldeias Bauhaus EUROACE, é importante relevar que apresentam características diferenciadas no perfil e no potencial de desenvolvimento que justificam um ajustamento dos instrumentos de política a aplicar. Há, por exemplo, claramente aldeias que têm uma base económica mais robusta e dinâmica, enquanto noutras é forçoso pensar em estratégias de criação e ativação das dinâmicas socioeconómicas locais.

O reforço da prosperidade económica e do emprego implica, designadamente, uma economia local mais diversificada e flexível, que alie o saber e o saber-fazer agrário com o potencial associado à pequena e média empresarialidade fabril, os serviços, as indústrias culturais, o lazer e o turismo. Em especial, é preciso adaptar as diferentes políticas setoriais e impulsionar a micro, pequena e média capacidade empresarial de modo a assegurar a criação de novos empregos através da incorporação, com renovação de critérios estéticos, de diferentes formatos da tradição e do património natural nos circuitos económicos.

É necessário trazer para as dinâmicas rurais de desenvolvimento características baseadas na identidade dos diferentes espaços, na sua história, nos seus recursos materiais e imateriais. É essa a racionalidade e o contributo que a iniciativa da New European Bauhaus aporta e é neste sentido que os processos endógenos de desenvolvimento podem adquirir especial significado e coerência, permitindo que as comunidades e as economias rurais se fortaleçam com base nos respetivos potenciais de desenvolvimento. Com efeito, a cooperação estratégica local, regional, transfronteiriça e global, bem como a governação ajustada aos desafios da ruralidade, são fundamentais para operacionalizar de forma integrada os objetivos da New European Bauhaus, nomeadamente tornar os territórios mais belos, sustentáveis e inclusivos (ver Esquema 1).



Esquema 1 - Enquadramento Conceptual dos Eixos Estratégicos de Intervenção

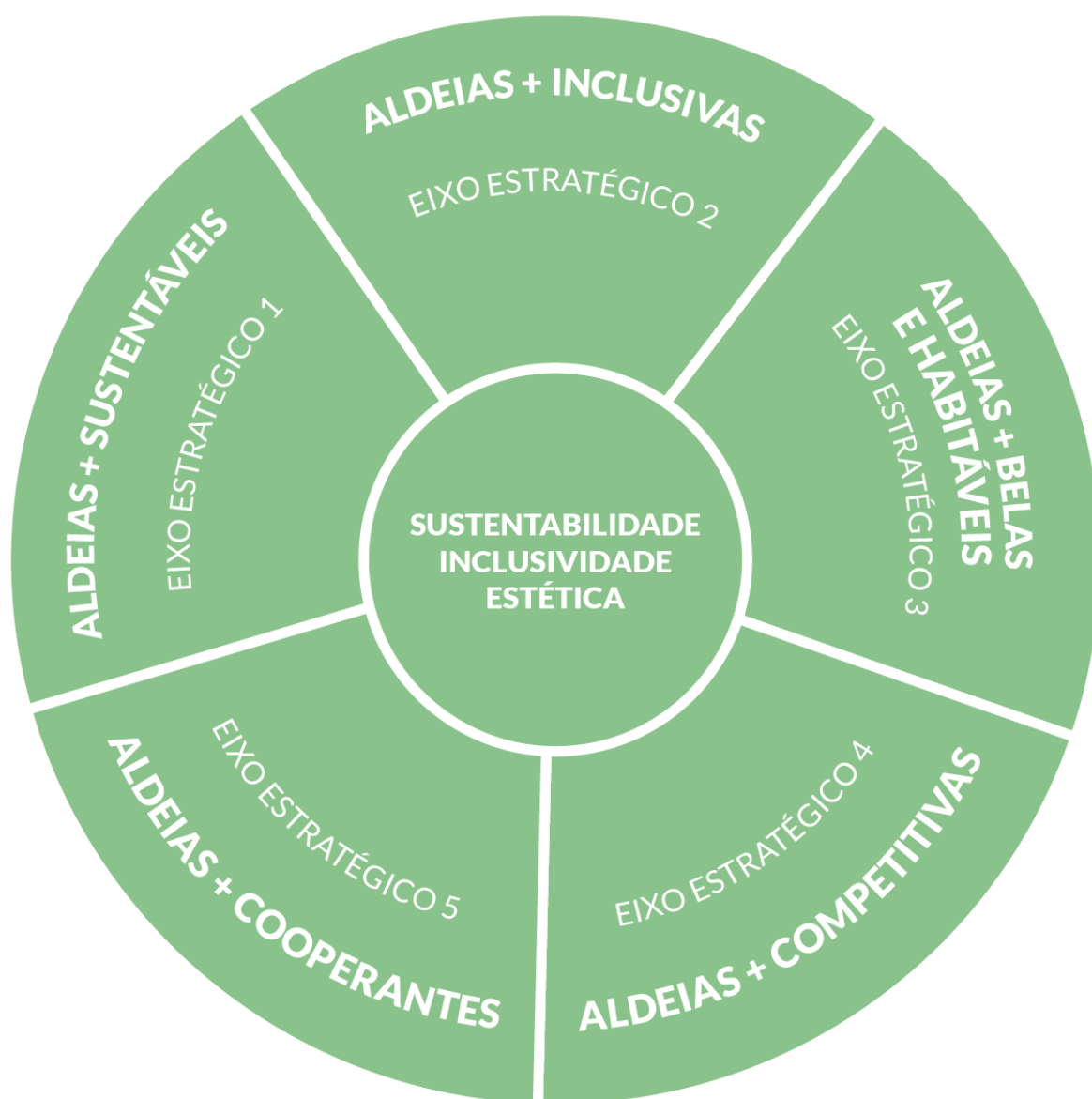
Parece não existir escapatória para as contrariedades tendenciais na área funcional, senão o de aumentar a sua prosperidade económica e a sua competitividade, reduzindo o desemprego e a exclusão social, a par da qualificação do meio ambiente rural e urbano.

A globalização, a ascensão da economia dos serviços e a crescente concorrência internacional são, simultaneamente, oportunidades e ameaças. Responder a estes novos desafios económicos, sociais e ambientais não se afigura tarefa fácil. Mas, sejamos claros, se não há sustentabilidade que resista à incapacidade em gerar emprego em quantidade e qualidade, e riqueza que possa ser distribuída pelas comunidades rurais, também não é possível qualificar estes territórios transfronteiriços se não se cuidar dos fatores de afirmação identitária e de coesão social, de reforço, em suma, do seu capital social – é este, em larga medida, o grande desafio a que importa responder no quadro deste projeto.

É tempo de alterar o conceito de ruralidade reduzindo-o ao trabalho agrícola e florestal e passar a entendê-lo como um espaço geográfico extenso, social e economicamente multifuncional, com elevada qualidade ambiental, no qual se pode viver e prosperar com maior qualidade de vida, atraindo novos talentos, investidores e empreendedores.

Foi este o enquadramento concetual, mais holístico, resultante também do confronto com a análise diagnóstica realizada, que levou à opção por um espectro amplo e diverso do instrumental de intervenção que assenta nos seguintes cinco eixos estratégicos:

- Aldeias Mais Sustentáveis;
- Aldeias Mais Inclusivas;
- Aldeias Mais Belas e Habitáveis;
- Aldeias Mais Competitivas;
- Aldeias Mais Cooperantes.



Esquema 2 - Eixos Estratégicos de Intervenção

O Plano Estratégico das Aldeias Bauhaus EUROACE visa ir ao encontro da iniciativa NEB, proporcionando um espaço de convergência para conceber futuros modos de vida, apropriando-se da arte, da cultura, da inclusão social, da ciência e da tecnologia. Deste modo, visa contribuir para a implementação do Pacto Ecológico, construindo um futuro sustentável, inclusivo e belo.

A definição dos eixos estratégicos que se apresentam, centra-se nos três eixos da NEB, nomeadamente a estética, a sustentabilidade e a inclusão, promovendo a coesão territorial e sentido de pertença, transformando acessibilidades e criando redes e sinergias entre pessoas e comunidades locais, regionais e transfronteiriças. Neste sentido, a cooperação transfronteiriça ganha um valor acrescido, uma vez que assenta na mobilização, participação e partilha de soluções para problemas comuns.

Partindo dos objetivos da iniciativa NEB e da Estratégia Territorial de Cooperação Transfronteiriça EUROACE 2030, foram definidos para o Plano Estratégico das Aldeias Bauhaus EUROACE cinco eixos estratégicos (ver Esquema 3), desdobrados em objetivos, e por sua vez em linhas de ação a partir das quais se definem tipologias indicativas de projetos. Esta abordagem assenta numa visão holística e integrada do território EUROACE, considerando a interligação dos cinco eixos estratégicos e o reforço mútuo dos objetivos e linhas de ação. Deste modo, pretendem-se criar condições para que no final da implementação desta Estratégia se verifique um reforço da densidade das ligações físicas e funcionais, que vertebram o território.

Esquema 3 - Alinhamento dos eixos estratégicos com os três eixos da NEB.

EIXOS ESTRATÉGICOS PROPOSTOS E OBJETIVOS	EIXOS NEB		
	Sustentabilidade	Inclusividade	Estética
E1- Aldeias mais sustentáveis	•••	•	•
O1. Assumir o compromisso de lutar contra as alterações climáticas, rumo a um território mais resiliente	•••	•	•
O2. Apostar na transformação do setor energético em um modelo com baixos índices de carbono, acessível e económico e fomentar comunidades energéticas	•••	•	•
O3. Promover a gestão eficiente e integrada dos recursos hídricos	•••	•	•
O4. Proteger e valorizar paisagens, espaços naturais e infraestruturas verdes	•••	•••	•••
O5. Reduzir, reutilizar, reciclar e gerir adequadamente os resíduos sólidos, fomentando a circularidade	•••	•	•
E2 - Aldeias mais inclusivas			
O1. Facilitar a troca de conhecimentos, recursos e experiências para desenvolver soluções conjuntas e abordar desafios comuns.	•	•••	•
O2. Incluir a participação comunitária nos projetos e decisões	•	•••	
O3. Capacitação da comunidade rural	•	•••	
O4. Igualdade de direitos e justiça social	•	•••	
O5. Garantir que todas as comunidades rurais tenham condições de vida e trabalho em igualdade de circunstância aos demais cidadãos	•	•••	
O6. Inclusão digital para desenvolvimento local e soluções tecnológicas adaptadas.	••	•••	•
O7. Promover um território com mobilidade sustentável, segura e saudável.	•	•••	••

EIXOS ESTRATÉGICOS PROPOSTOS E OBJETIVOS	EIXOS NEB		
	Sustentabilidade	Inclusividade	Estética
E3 - Aldeias mais belas e habitáveis	•	•	•••
O1. Desenvolver políticas de (re) qualificação do parque habitacional e aumentar o número de casas habitáveis	••	•	•••
O2. Regenerar, preservar e valorizar a paisagem urbana, na relação entre edificado e envolvente natural.	••	•	•••
O3. Valorizar o conceito de território seguro e ritmos de vida mais humanos e sustentáveis.	••	••	•
O4. Desenvolver territórios cuidadores	••	•••	•
O5. Infraestruturas de suporte à atividade social, cultural e económica, de uso flexível e funcional	••	••	••
O6. Programas culturais dinâmicos e de qualidade	•	•••	••
O7. Integração cultural através do intercâmbio, diálogo e celebração da diversidade.	••	•••	••
O8. Transformar as Aldeias Bauhaus Euroace numa alternativa residencial para cidadãos do centro e do norte da Europa, bem como do norte de África e da América Latina.	••	•••	•••
E4 - Aldeias mais competitivas	••	••	••
O1. Promover uma economia verde, circular e descarbonizada	•••	•	•
O2. Fortalecer e diversificar a base económica local e regional	•••	••	•
O3. Fomentar as exportações e internacionalizar o tecido empresarial	•••	•	•
O4. Promover a economia social	••	•••	•
O5. Fomentar o pleno emprego	••	•••	•
E5 - Aldeias mais cooperantes	••	•••	•
O1. Promover um modelo de governação de maior proximidade e mais eficaz	••	•••	
O2. Incrementar os laços de cooperação	••	•••	

EIXO ESTRATÉGICO 1

ALDEIAS MAIS SUSTENTÁVEIS

“Um território resiliente que sabe preservar e valorizar o seu património natural, que responde ativamente aos desafios das transições climática e energética”

Promover uma abordagem integrada do desenvolvimento com as atividades agrícolas, com a gestão florestal e com a conservação da natureza, potenciando a compatibilização dos interesses económicos com os valores ambientais e culturais, sob o propósito de aumentar as áreas de produção e respetiva produtividade, gerir os recursos hídricos responsabilmente, melhorar a resiliência do território face aos incêndios rurais, à degradação ambiental e outros efeitos induzidos pelas mudanças climáticas.

Com vista a uma utilização sustentável do território é fundamental assumir a exploração dos recursos segundo duas óticas complementares: respeitar as aptidões e limitações do meio natural e adaptar as intervenções no sentido de não comprometer a sustentabilidade dos recursos, tendo presente o imperativo de salvaguardar a segurança das populações e bens.

É fundamental promover uma agricultura mais sustentável, reduzindo a intensidade carbónica das práticas agrícolas. Perspetivando a floresta como um recurso de grande importância económica e ambiental para a área funcional, o seu planeamento e gestão deverão contribuir para a compatibilização entre as potencialidades apresentadas pelo meio e os usos e técnicas a implementar. Uma exploração ordenada e integrada do território agroflorestal poderá ainda permitir aumentar a capacidade de sumidouro natural, potenciando o sequestro de carbono e, mitigando os riscos naturais e valorizando os serviços de ecossistema disponíveis.

É também muito importante perseguir objetivos que aprofundem o caminho da neutralidade da área funcional em emissões de GEE até ao final da primeira metade do século XXI, garantindo uma transição energética assente na produção, às escalas local e transfronteiriça, de energias limpas e renováveis, e na procura de soluções mais eficientes, respeitadoras dos valores ambientais

e do desenvolvimento sustentável – A resposta territorial aos desafios do Green Deal. As comunidades da área funcional em muito poderão beneficiar desse impulso à produção descentralizada de energia. No mesmo sentido, o território tem tudo a ganhar em assumir, igualmente, a aposta em formas suaves e flexíveis de mobilidade, descarbonizando o setor dos transportes, fomentando a transferência modal e um melhor funcionamento das redes de transporte coletivo.

A água como elemento limitante da expansão e aumento da produtividade agrícola deverá ser alvo de particular atenção, tanto nas possibilidades de aumentar as capacidades de reserva, como na aplicação de medidas conducentes à gestão eficiente do seu uso. Complementarmente é avisado manter uma atenção especial para opções com potencial para contrariar as tendências de desertificação dos solos.

A área funcional comporta um conjunto diverso e rico, no seu território e na sua envolvente, de áreas protegidas, com diferentes estatutos, que devem, igualmente, constituir um *driver* capaz de impulsionar lógicas de desenvolvimento local sustentável.

OBJETIVO 1

Assumir o compromisso de lutar contra as alterações climáticas, rumo a um território mais resiliente

LINHAS DE AÇÃO

Promover práticas agrícolas, pecuárias e silvícolas mais ecológicas.

Valorizar a floresta enquanto sumidouro de carbono.

Fomentar usos mais eficientes dos recursos naturais.

Incrementar a resiliência do território.

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Implementação de práticas agrícolas e pecuárias sustentáveis, como a agricultura orgânica, a agroecológica sustentável, as agroflorestas e a utilização de técnicas de conservação da qualidade do solo.

Iniciativas que promovam a diversificação de culturas e a valorização da produção local e sazonal, bem como o apoio a projetos de fomento de cadeias curtas de abastecimento e revivificação dos mercados locais.

Projetos que visem a redução dos riscos de erosão e do uso de agroquímicos.

Projetos que visem fomentar o sequestro de carbono.

Projetos que permitam às empresas locais a adoção de tecnologias mais “amigas do ambiente”, mais eficientes no uso de recursos naturais e de energia.

Elaboração de planos municipais de mitigação do risco face às alterações climáticas (ondas de calor, secas, incêndios, cheias e inundações, vagas de frio, movimentos de massas).

OBJETIVO 2

Apostar na transformação do setor energético num modelo com baixos índices de carbono, acessível e económico e fomentar comunidades energéticas.

LINHAS DE AÇÃO

- Promover a transição energética.
- Incrementar a eficiência energética.
- Adotar modelos de produção e armazenamento de energia ajustados aos desafios do desenvolvimento local.
- Mitigar a pobreza energética.
- Comunidades energéticas.

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

- Unidades piloto de geração e abastecimento de energia solar e eólica que possam abastecer as comunidades da área funcional.
- Sistemas locais que permitam o armazenamento e utilização de possíveis excedentes de energia alternativa produzida no território.
- Sistemas de autoconsumo de energia elétrica a partir de fontes renováveis em edifícios da administração pública e empresas - edifícios e sistemas energéticos autossuficientes – bem como sistemas de iluminação pública de baixo consumo.
- Auditorias energéticas.
- Projetos de combate à pobreza energética.
- Desenvolvimento, em parceria com centros de I&D especializados, de projetos piloto de pequena escala de produção de biogás.

OBJETIVO 3

Promover a gestão eficiente e integrada dos recursos hídricos.

LINHAS DE AÇÃO

Minimizar os riscos de escassez hídrica e melhorar as condições ambientais nos meios hídricos.

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Iniciativas que visem melhorar a eficiência hídrica, a economia no uso de água e adaptação às alterações climáticas (para redes de abastecimento e rega de estradas, parques e jardins). Criar soluções baseadas na natureza que permitam parques e jardins adaptados às condições locais.

Iniciativas nas esferas doméstica, agrícola e industrial de combate ao desperdício de água.

Conservação e reabilitação das linhas de água existentes.

Construção ou ampliação de infraestruturas de saneamento e centrais de depuração de águas residuais em núcleos urbanos com menos de 5.000 habitantes que contaminem espaços incluídos na Rede Natura 2000.

OBJETIVO 4

Proteger e valorizar paisagens, espaços naturais e infraestruturas verdes.

LINHAS DE AÇÃO

Implementar programas de conservação e restauração para proteger e reabilitar as paisagens, espaços naturais e infraestruturas verdes degradadas.

Integrar a proteção e valorização das paisagens, espaços naturais e infraestruturas verdes no planeamento territorial.

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Iniciativas que promovam a (re)florestação com espécies autóctones.

Substituição de espécies florestais não autóctones e vegetação invasora em áreas de alto interesse paisagístico e/ou ambiental.

Projetos que visem corrigir intrusões e/ou disfunções paisagísticas que constituem “manchas” no quadro paisagístico decorrentes, nomeadamente, da deposição clandestina de resíduos sólidos ao longo das vias de comunicação, nas linhas de água e zonas de talude, da existência de sucatas abandonadas e de explorações de inertes abandonadas.

Projetos de recuperação da vegetação natural em espaços degradados ou contaminados.

Criação de ajudas específicas a municípios/aldeias com espaços naturais protegidos.

Apoio à criação de iniciativas de voluntariado ambiental.

Promoção de serviços de ecossistemas e soluções baseadas na natureza.

OBJETIVO 5

Reduzir, reutilizar, reciclar e gerir adequadamente os resíduos sólidos, fomentando a circularidade

LINHAS DE AÇÃO

Incentivar a adoção das melhores práticas de gestão de resíduos sólidos (urbanos, agrícolas, pecuários, industriais).

Estimular a adoção de iniciativas que visem agregar valor aos diferentes tipos de resíduos sólidos.

Desenvolvimento de sistemas adequados a pequenos núcleos urbanos – lógica de definição de políticas públicas adequadas às Aldeias

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Apoio a medidas que visem o aprofundamento da política dos 3 R's e circularidade.

Sistemas domésticos de compostagem.

Apoio à criação de negócios e iniciativas que se baseiem na economia circular, como a produção de produtos a partir de materiais reciclados, a reparação de eletrodomésticos e a reutilização de materiais em projetos de artesanato.

Criação de “bancos de objetos” e de sistemas de trocas, onde os moradores possam doar bens que já não utilizam e encontrar outros de que necessitam.

EIXO ESTRATÉGICO 2

ALDEIAS MAIS INCLUSIVAS

“Equidade territorial na oferta de bens e serviços públicos de qualidade, em áreas como a saúde, a educação, a cultura ou o apoio social, como forma de assegurar efetiva igualdade de oportunidades dos cidadãos”

Promover a colaboração entre diferentes atores, como organizações locais, grupos comunitários, associações, ONGs, governos locais, empresas, instituições de ensino e investigação, incentivando a partilha de recursos, conhecimentos e experiências para desenvolver soluções inclusivas.

Ativar a participação das comunidades locais no processo de planeamento, avaliação e tomada de decisões, favorecendo modelos de gestão aberta, participada e colaborativa, por meio de consultas públicas, fóruns comunitários, grupos de trabalho e espaços de diálogo abertos.

Capacitar a comunidade para prossecução de objetivos de redução de assimetrias sociais, através de ações de sensibilização, mentoria e programas de formação e workshops que incrementem habilidades socialmente relevantes. Capacitar os membros da comunidade permite que sejam mais exigentes, resilientes e se tornem agentes de mudança nos seus próprios contextos.

Promover a igualdade, a participação ativa e a liderança em todos os aspetos da vida comunitária, independentemente do credo, género ou orientação sexual. Garantir que todos os membros da comunidade, independentemente de sua origem étnica, género, idade ou condição socioeconómica, tenham acesso igual a oportunidades de educação, emprego, serviços básicos e recursos.

Contribuir para a qualidade de vida e do trabalho, garantindo o acesso adequado a serviços básicos e de apoio, nomeadamente pelo investimento em infraestruturas e criação de políticas específicas para as áreas rurais numa lógica de rede conectada aos centros urbanos.

Incentivar a interação e o intercâmbio entre diferentes culturas na comunidade, facilitando a integração de novos residentes com os habitantes locais, promovendo ações e projetos conjuntos.

Investir em estruturas e fomentar o uso de tecnologias, garantindo acesso à conectividade digital e o uso mais inclusivo de plataformas online no acesso a serviços e oportunidades. Promover o desenvolvimento de soluções tecnológicas adaptadas às necessidades locais, nomeadamente na segurança infantil e no cuidado da pessoa idosa, com mobilidade reduzida ou baixa visão.

OBJETIVO 1

Facilitar a troca de conhecimentos, recursos e experiências para desenvolver soluções conjuntas e abordar desafios comuns.

LINHAS DE AÇÃO

Promover parcerias entre organizações locais, empresas, governos locais, instituições de ensino e investigação, associações, ONGs e grupos comunitários.

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Constituição de conselhos consultivos comunitários que incluam representantes de organizações locais, empresas, governos locais, instituições de ensino e investigação, associações, ONGs e grupos comunitários e envolvimento da diáspora em cada local;

Realização de projetos de investigação colaborativa entre diferentes atores, que incluam, organizações locais e empresas, cujo objeto de estudo inclua questões específicas da comunidade, visando inovação e o desenvolvimento conjunto de soluções baseadas em evidências.

Desenvolver projetos piloto que resultem da cooperação entre diferentes atores, que visem resultados sustentáveis e úteis para a comunidade.

Promover iniciativas de articulação e entre as Aldeias Bauhaus EUROACE e entre outros núcleos vizinhos, numa lógica de complementaridade entre serviços e funções.

Incentivo ao desenvolvimento de parcerias e projetos que visem a criação de oportunidades ou negócios que incluam diferentes habilidades, origens, orientações, identidades, idades ou outras características individuais.

Incentivar iniciativas de sinergia e cooperação entre diferentes agentes de turismo, com vista à definição de rotas, organização e manutenção de experiências turísticas em cada uma das Aldeias Bauhaus Euroace, no seu conjunto e na região.

OBJETIVO 2

Incluir a participação comunitária nos projetos e decisões.

LINHAS DE AÇÃO

Promover a inclusão dos residentes locais nos projetos e na gestão do território através de consultas públicas, fóruns comunitários, grupos de trabalho e espaços de diálogo abertos, integrando propostas e considerando estas informações como forma de avaliação.

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Organização de fóruns comunitários temáticos para discussão de assuntos relevantes, que sejam espaços abertos de diálogo, para expressar opiniões, partilhar experiências e propor soluções.

OBJETIVO 3

Capacitação da comunidade rural.

LINHAS DE AÇÃO

Capacitação comunitária para transformação e autonomia das pessoas, melhorando as competências para uma vida socialmente ativa.

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Organização de eventos que promovam a mentoria e o *networking* comunitário, entre pessoas e as organizações locais, empresas, governos locais, instituições de ensino e investigação, associações, ONGs e grupos comunitários.

Capacitação em habilidades sociais, *soft skills*, a resolução de conflitos e trabalho em equipa.

Projetos que visem a reciclagem de formação e a capacitação para atividades técnicas correlacionadas com a economia do território.

Projetos de parceria entre instituições de ensino e investigação com entidades locais para oferecer programas especializados nos recursos e potencialidades locais na ótica da economia social e da prestação de serviços pessoais e sociais.

Criação de centros de assistência técnica (*Knowledge hubs*) que contribuam para a identificação de oportunidades em áreas específicas e oferecer assistência técnica no território, no sentido de envolver a comunidade nos princípios NEB.

OBJETIVO 4

Igualdade de direitos e justiça social.

LINHAS DE AÇÃO

Promover o acesso, igualdade de circunstâncias, a oportunidades e recursos para promover a justiça social.

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Programas de bolsas de estudo destinadas a grupos desfavorecidos económica e/ou culturalmente, pelo género, etnia, religião ou condição, garantindo o acesso igualitário à educação.

Programas de apoio à melhoria das condições laborais, nomeadamente de segurança, conforto visual, físico e de convívio.

Incentivo ao emprego de grupos desfavorecidos económica e/ou culturalmente, pelo género, etnia, religião ou condição, garantindo o acesso igualitário à educação.

Cursos de mentoria para apoio à obtenção de emprego especialmente direcionados a públicos mais vulneráveis.

Criação de sistemas comunitários que visem o fornecimento de serviços de saúde, assistência social, aconselhamento jurídico e suporte de emprego.

Criação de cursos de português/espanhol/inglês para locais e novos residentes com proveniência estrangeira.

Programas de desenvolvimento comunitário que envolvam a participação ativa de todos os membros da comunidade e atendam às necessidades locais com igualdade de oportunidades.

Melhoria do existente ou eliminação de barreiras no acesso físico, telefónico ou digital a serviços comunitários.

Incentivo ao aluguer, construção ou aquisição de casas a preços mais acessíveis.

OBJETIVO 5

Garantir que todas as comunidades rurais tenham condições de vida e trabalho em igualdade de circunstância aos demais cidadãos.

LINHAS DE AÇÃO

Assegurar que a simbiose rural-urbano funciona nos dois sentidos e existem infraestruturas e políticas que garantam a equidade entre as duas realidades

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Criação, desenvolvimento ou otimização de infraestruturas para instalação ou acesso a serviços básicos como saúde, educação, água potável, saneamento, eletricidade e circulação, bem como redes cooperativas de apoio e mobilidade.

Programas de fomento ao emprego na área da saúde e bem-estar (assistência médica, serviços de fisioterapia e reabilitação, nutrição, serviços de apoio psicossocial, entre outros), atividade física, animação cultural e apoio social.

Iniciativas que promovam a igualdade de género no acesso ao emprego e à educação nas comunidades rurais, ações de conscientização sobre estereótipos de género, incentivo à igualdade de oportunidades de trabalho e políticas de igualdade salarial, visando garantir oportunidades equitativas e combater a discriminação.

Capacitação técnica através de programas de formação ao longo da vida, agricultura sustentável e desenvolvimento de negócios locais.

Projetos de cooperação ou iniciativa municipal que visem o apoio ao ensino e formação, nomeadamente em contexto de estágio.

OBJETIVO 6

Inclusão digital para desenvolvimento local e soluções tecnológicas adaptadas.

LINHAS DE AÇÃO

Investimento em estruturas, que garantam a conectividade digital e plataformas online mais inclusivas que viabilizem, para todos, o acesso a serviços e oportunidades.

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Desenvolvimento de plataformas ou meios digitais que facilitem o acesso e a partilha de informações sobre entidades, oportunidades, iniciativas, potenciais parceiros, de modo a fomentar projetos comuns e resultados para o bem comum.

Criação de produtos ou sistemas digitais que facilitem o acesso a serviços públicos e privados, nomeadamente consultas à distância.

Redesign dos sistemas e plataformas digitais públicas associadas a serviços, melhorando a sua usabilidade / inclusividade.

Criação de plataformas digitais para coleta de opiniões e propostas da comunidade sobre projetos e questões relevantes ao desenvolvimento do território.

Adoção de estruturas e tecnologia que assegure maior cobertura e melhor desempenho da rede móvel, bem como maior conectividade à internet.

OBJETIVO 7

Promover um território com mobilidade sustentável, segura e saudável.

LINHAS DE AÇÃO

Incentivo a formas suaves de mobilidade.

Melhoria das redes de transporte locais, entre Aldeias, municipais e intermunicipais e transfronteiriças.

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Projetos que visem a criação de infraestruturas adequadas para promover a mobilidade sustentável, como a construção de ciclovias e ciclofaixas, a melhoria da qualidade dos passeios públicos e a remoção de barreiras para idosos e cidadãos que se deslocam em cadeiras de rodas. Sinalizar as ruas mais adequadas para mobilidade ciclável, caminhos escolares, melhorando-os em termos de acessibilidade e segurança. Inclui-se aqui a arborização, a vegetação e o mobiliário urbano, nomeadamente, assentos para descanso, pontos de água, recipientes de recolha de resíduos urbanos e iluminação.

Iniciativas que visem melhorar o sistema de transporte público municipal/supramunicipal, tornando-o mais eficiente, acessível e atrativo para os cidadãos.

Elaboração e implementação de planos de mobilidade segura para idosos e crianças, tendo em vista, para estas últimas, sobretudo as pendulações casa-escola-casa.

Implementação de medidas que estimulem a adoção de veículos elétricos, e promovam também o turismo sustentável, como a instalação de postos de recarga em maior número na área funcional.

OBJETIVO 7

Promover um território com mobilidade sustentável, segura e saudável.

LINHAS DE AÇÃO

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Projetos que promovam o desenvolvimento de comunidades inteligentes e sustentáveis, envolvendo iniciativas como o uso de tecnologias para monitorização e gestão eficiente de recursos e a implementação de sistemas de transporte público integrados.

Desenvolvimento de ações piloto de monitorização e teste de soluções de mobilidade rural-rural e rural-urbano partilhada: serviços a pedido com percurso flexível; serviços a pedido porta a porta; táxis partilhados; *carpooling*; *E-hitchhiking*; *carsharing*; partilha de bicicletas.

Criação de um sistema de transportes urbanos com menor lotação, adaptado a idosos e pessoas com baixa mobilidade, movido a energias renováveis.

Sistema de incentivo a serviços móveis em ambulatório, como as carrinhas móveis de saúde, a loja de cidadão móvel, correios, serviços bancários, etc..

EIXO ESTRATÉGICO 3

ALDEIAS MAIS BELAS E HABITÁVEIS

“Uma correlação harmoniosa do património construído com o natural, que promove a boa vivência, a visitação positiva, o convívio multigeracional, o uso inteligente dos recursos endógenos e a boa fruição de espaços”

Promover a região EUROACE como um território contemporâneo vivo e ativo, mais humanista e sustentável, no qual as pessoas possam fruir mais do tempo e viver melhor, mais próximas da natureza.

Fomentar a preservação da paisagem na relação urbano e rural enquanto um ativo com valor, reabilitando, regenerando e construindo edifícios, equipamentos e espaços verdes ou de convívio que permitam compatibilizar a área construída com o património natural, histórico, cultural e económico-social.

Deve catalisar-se a adequada simbiose entre os núcleos habitacionais e a paisagem natural, pelo ordenamento urbano e pela arquitetura integrada, bem como pela reabilitação e construção que corrijam más práticas e promovam a valorização económica, cultural e ambiental dos recursos paisagísticos e da biosfera.

O desenho da paisagem deve promover a agradabilidade dos espaços, dando ênfase a singularidades estéticas e icónicas geradoras de atratividade, assegurando acessibilidade, conforto, fruição e sustentabilidade do edificado e dos lugares públicos ou de uso comum.

Dotar o território de espaços de convívio e lazer multigeracionais e multifuncionais para fins sociais, culturais, educativos, científicos, artísticos, tecnológicos e empresariais. O espírito do lugar e o sentido de comunidade devem promover-se também através destes lugares-comuns de convivialidade, pelas zonas e estruturas verdes, devidamente complementados com locais para comércio e zonas de residência temporária ou permanente.

A maioria dos cenários e projeções meteorológicas preveem um aumento significativo da temperatura média até 2040, em todo o território EUROA-

CE, com forte probabilidade de redução da precipitação e da duração da estação chuvosa, bem como a ocorrência de fenómenos extremos, como ondas de calor. Como tal, a política de desenvolvimento local requer que o urbanismo, a arquitetura e a construção mitiguem e adaptem espaços e infraestruturas às mudanças climáticas, nomeadamente às amplitudes térmicas, à escassez de água, reduzindo vulnerabilidades e incrementando os fatores de resiliência aos riscos.

Importa desenvolver um território que presta cuidados, dando respostas às necessidades associadas à promoção da longevidade (envelhecimento ativo e saudável e a autonomia da pessoa idosa), jovem ou portador de incapacidade, através da cooperação comunitária e rede de serviços, bem como pelo contacto com a natureza.

As indústrias culturais e criativas devem desempenhar um papel particularmente relevante na vivência, coesão territorial e desenvolvimento local, nomeadamente em termos educativos, culturais, económicos, identitários e promocionais.

OBJETIVO 1

Desenvolver políticas de (re) qualificação do parque habitacional e aumentar o número de casas habitáveis.

LINHAS DE AÇÃO

Fomentar a utilização das habitações e edifícios devolutos, desocupados ou para uso familiar ou comunitário.

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Iniciativas que visem a reativação da propriedade abandonada através de novos modelos aluguer privado ou comunitário.

Apoio à criação de sistemas de mediação entre os proprietários de casas vagas e os potenciais novos inquilinos, facilitando aos jovens, aos novos residentes e às famílias a habitação em casas não utilizadas ou com baixa ocupação.

Fomento da requalificação estético-funcional das aldeias e vilas, de acordo com lógicas mais sustentáveis, conciliadoras de usos e amigas do ambiente.

OBJETIVO 2

Regenerar, preservar e valorizar a paisagem urbana, na relação entre edificado e envolvente natural.

LINHAS DE AÇÃO

Qualificar o espaço pela edificação compatibilizada com a envolvente natural em termos estéticos e funcionais.

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Reabilitação de casas e edifícios desabitados/devolutos em aldeias ou vilas, adequando-as a um estilo de vida e/ou trabalho contemporâneos e, simultaneamente, valorizar o património natural, histórico e cultural.

Apoio à reabilitação e construção de edificado, espaço público ou de uso comum para mitigar o impacto das amplitudes térmicas e a necessidade de climatização, reduzir a vulnerabilidade a desastres naturais, minimizar cargas poluentes e incentivar o aproveitamento de águas pluviais ou a adoção de outros processos circulares.

Promoção de incentivos a novas edificações que privilegiem a arquitetura bioclimática e o uso de materiais locais e conceitos que ajudem a preservar os legados históricos locais.

Construção e reabilitação com materiais e técnicas de construção da região, conciliados com outros que, no seu conjunto, assegurem melhor performance em termos acústicos, energéticos e ambientais, bem como o conforto humano em contexto doméstico e laboral.

Revitalização e manutenção das áreas emblemáticas, de maior atratividade turística e/ou interesse histórico, zonas de entrada, outras. Regeneração e compatibilização estética de estruturas construídas, como muros, frentes ribeirinhas, espelhos de água, aquíferos, etc..

Reabilitação ou Construção de habitação para residência não permanente, nomeadamente para estudantes em estágio curricular ou profissional ou residência artística.

OBJETIVO 3

Valorizar o conceito de território seguro e ritmos de vida mais humanos e sustentáveis.

LINHAS DE AÇÃO

Proporcionar condições físicas de bem-estar às pessoas e de segurança nas atividades.

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Criação de sistemas de comunicação, vigilância, apoio e acompanhamento das pessoas, idosos, cuidadores ou pessoa dependente.

Criação de sistemas de comunicação, vigilância, prevenção e combate a desastres naturais e/ou da ordem pública.

Promover iniciativas que fomentem estilos de vida mais humanizados, que aumentem a qualidade de vida e proporcionem ritmos mais lentos e facilitadores da conciliação da vida pessoal com a vida profissional.

OBJETIVO 4

Desenvolver territórios cuidadores.

LINHAS DE AÇÃO

Dotar o território de um conjunto de serviços acessíveis e sustentáveis garantidos, nomeadamente, através cooperação entre governo, indústria, academia e sociedade.

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Projetos de apoio ao envelhecimento ativo, a autonomia da pessoa idosa (*Ageing in Place*), jovem ou portador de incapacidade, pela cooperação comunitária e rede de serviços, bem como pelo contacto com a natureza.

Iniciativas que visem a criação de produtos ou soluções para apoio a pessoa idosa ou dependente.

Projetos que visem o estabelecimento de rede de serviços integrados como alimentação, reparações, venda de bens de consumo, serviço de entregas, entre outros.

Apoio à criação/manutenção de creches e jardins de Infância.

Programas de estágios remunerados com alojamento incluído, em áreas estratégicas ou prioritárias para o território, nomeadamente saúde, ação social, atividade física, animação sociocultural, história, arqueologia, indústrias culturais e criativas, como a pintura, a escultura, a arquitetura, o design, a fotografia, vídeo, media digitais, etc..

Fomentar a cooperação e sinergias entre IPSS e/ou associações, empresas e órgãos de governo, com vista ao alojamento de curta duração (Residências seniores e/ou Jovens).

OBJETIVO 5

Infraestruturas de suporte à atividade social, cultural e económica, de uso flexível e funcional.

LINHAS DE AÇÃO

Criar espaços comunitários e multiusos.

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Reabilitação ou construção de edifícios ou espaços comunitários, privilegiando estruturas para uso e encontro multigeracional e multifuncionais, potenciadoras de sinergias entre iniciativas culturais, artísticas, turísticas e económicas.

Criação de sistemas físicos ou digitais de orientação, de informação e apoio à circulação, fruição do espaço e visita aos lugares, bem como à promoção territorial junto dos diversos públicos.

Criação de serviços de apoio administrativo a espaços comunitários e multiusos.

Fomentar a criação de circuitos ribeirinhos e de lazer associados que valorizem as Aldeias Bauhaus Euroace e a sua envolvente natural.

OBJETIVO 6

Programas culturais dinâmicos e de qualidade.

LINHAS DE AÇÃO

Assegurar um programa cultural diversificado e de qualidade.

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Organização de eventos alinhados ao posicionamento do território e que tenham potencial para criar impacto e reputação nacional ou transfronteiriça.

Eventos que promovam a interação multigeracional, iniciativas especialmente vocacionadas para a pessoa idosa, para as famílias, crianças ou jovens.

Iniciativas que promovam o encontro, nomeadamente atividades ao nível do cinema, música, fotografia, videojogos, culinária, artes plásticas, artesanato, tradições e feiras agroalimentares locais e transfronteiriças.

Iniciativas que promovam sinergias e a cooperação entre atores localizados dentro e fora do território da EUROA-CE, nomeadamente da diáspora, com potencial inovador e que articulem os princípios da beleza, inclusividade e sustentabilidade.

Projetos que promovam ou correlacionem a atividade física (dentro e fora de portas), a cultura, a animação sociocultural e o turismo.

Projetos que visem a preservação e valorização do património histórico-cultural, material e imaterial.

Criação de ludotecas e espaços Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL) de gestão pública, tendencialmente gratuitos, para tempos livres das crianças.

OBJETIVO 7

Integração cultural através do intercâmbio, diálogo e celebração da diversidade.

LINHAS DE AÇÃO

Promover a coesão territorial e a integração de pessoas respeitando a diversidade humana e fomentando o intercâmbio e diálogo entre pessoas.

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Criação de programas de intercâmbio cultural que conectem residentes locais com pessoas de diferentes culturas, através de parcerias com outras comunidades, organizações ou instituições de ensino, promovendo visitas, hospedagens ou atividades conjuntas.

Organização de espaços regulares de diálogo intercultural, como mesas-redondas, grupos de discussão ou cafés temáticos, que promovam a compreensão mútua, o respeito e a valorização da diversidade.

Implementação e sinalização de pessoas locais que possam assumir o papel de mediadores entre os vários públicos, estudantes, investigadores, artistas, migrantes, etc. e a comunidade e cultura locais.

OBJETIVO 8

Transformar as Aldeias Bauhaus EUROACE numa alternativa residencial para cidadãos do centro e do norte da Europa, bem como do norte de África e da América Latina.

LINHAS DE AÇÃO

Promover a permanência de novos residentes.

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Programa de incentivo à fixação de novos públicos, incluindo famílias, aposentados e jovens qualificados, dando particular relevância às áreas das indústrias criativas (arte, cinema, gaming, design, fotografia, arquitetura, pintura, escultura, teatro, música, etc.), às Humanidades, às ciências naturais (história, turismo, biologia, saúde, etc.), ciências do espaço, entre outras.

Projetos de acolhimento a crianças, jovens e famílias carenciadas, que resultem da articulação com o sistema educativo e científico nas áreas da saúde, ação social, ensino, arte e cultura.

Programas de incentivo à natalidade, fixação de jovens famílias e jovens diplomados.

EIXO ESTRATÉGICO 4

ALDEIAS MAIS COMPETITIVAS

“Uma economia diversificada e competitiva, inserida nos circuitos de comercialização globais, criadora de emprego em quantidade e qualidade”

O grande desafio passa por promover uma economia que possa ser reforçada competitivamente com base na introdução de fatores diferenciadores de inovação e qualidade, progressivamente orientada para os mercados regionais, nacionais, transfronteiriços e internacionais, e alicerçada, tendencialmente, nos recursos endógenos do território funcional.

A orientação estratégica deve assentar no desenvolvimento da economia local/transfronteiriça pela criação de condições de valorização e expansão do tecido empresarial local, bem como pelo apoio à incubação de novos projetos empreendedores de cariz inovador, a par da criação de mecanismos que visem a atratividade para novos empreendedores e empresários.

A ruralidade do território justifica a continuação da aposta no setor agrícola, silvícola, na pecuária e no setor agroalimentar. A fileira do turismo, nos seus diferentes ramos de atividade e na sua articulação com os valores de usufruto dos recursos patrimoniais, naturais e históricos, é uma atividade emblemática e estratégica a que importa trazer mais qualificação, visibilidade e acrescida capacidade de penetração e comercialização nos diferentes segmentos de mercado. O sector da economia social deverá continuar a merecer o empenho dos agentes económicos e políticos do território, atendendo, nomeadamente ao perfil de evolução demográfica e ao significativo peso do emprego gerado por este sector. Sugere-se que o modelo de desenvolvimento económico proposto seja orientado segundo os princípios da sustentabilidade.

O *upgrading* competitivo do território funcional será, necessariamente, também, tributário de políticas ativas de emprego e formação, bem como do robustecimento dos canais formais de transferência de conhecimento científico-tecnológico de centros de investigação de instituições de ensino superior da envolvente regional.

OBJETIVO 1

Promover uma economia verde, circular e descarbonizada.

LINHAS DE AÇÃO

Apoiar ações que promovam o desenvolvimento da economia circular e não linear, assente no princípio de “fechar o ciclo de vida” de produtos, serviços, resíduos, materiais, água e energia.

Apoiar startups e empresas que desenvolvam soluções inovadoras para reduzir as emissões de carbono e promover a sustentabilidade

Organizar um sistema de avaliação de resíduos entre as empresas e repensar o design e características dos produtos e processos de produção.

Realizar uma reconversão produtiva de empresas obsoletas aproveitando o potencial territorial de inovação, especialmente em energia, água e mobilidade sustentável.

Promover atividades de I&D e deecoinovação colaborativa, a transferência de conhecimento e a promoção de boas práticas nas empresas.

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Projetos que promovam a transição para uma economia circular, visando reduzir o consumo de recursos naturais, minimizar a geração de resíduos e promover a reciclagem e reutilização de materiais. Isso pode incluir iniciativas de reciclagem e gestão de resíduos, o estímulo à produção e ao consumo responsáveis e o desenvolvimento de cadeias de fornecimento sustentáveis.

Projetos que incentivem práticas agrícolas sustentáveis, como a promoção da agroecologia, o uso de técnicas de agricultura de baixa emissão de carbono, a conservação de solos e a implementação de sistemas de irrigação eficientes.

Reforço da capacidade empresarial de geração de energia renovável, através da instalação de parques solares e eólicos, e do incentivo ao uso de biomassa como fonte energética.

OBJETIVO 1

Promover uma economia verde, circular e descarbonizada.

LINHAS DE AÇÃO

Promover campanhas de sensibilização e informação dos empresários e consumidores sobre a economia circular.

Realizar ações de formação sobre economia verde e circular ao nível escolar e promover a mudança de hábitos nos lares.

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Projetos que promovam a eficiência energética nos diferentes setores de atividade. Isso pode incluir a modernização de sistemas de iluminação, a instalação de equipamentos mais eficientes, a melhoria na gestão energética de edifícios e a promoção de tecnologias avançadas de monitorização e controlo de consumo de energia.

Fomento da educação ambiental da população, envolvendo a implementação de programas educativos nas escolas, campanhas de sensibilização pública, palestras e workshops sobre temas relacionados com a sustentabilidade e a transição para uma economia verde.

Projetos que estimulem a investigação, o desenvolvimento e a implementação de tecnologias limpas e sustentáveis. Isso pode incluir o apoio a *startups* e empresas que desenvolvem soluções inovadoras para reduzir as emissões de carbono, melhorar a eficiência energética, desenvolver materiais sustentáveis e criar modelos de negócios circulares.

OBJETIVO 2

Fortalecer e diversificar a base económica local e regional.

LINHAS DE AÇÃO

Aumentar a competitividade da capacidade empresarial instalada, nomeadamente nas áreas agrícola, pecuária e silvícola, bem como no ramo agroalimentar e na denominada fileira do turismo e lazer.

Fomentar uma cultura de inovação, tanto em produtos quanto em processos, bem como em modelos de negócio, organização e marketing.

Apoiar o empreendedorismo de base endógena.

Atrair empresas de perfil inovador com potencial de fertilização da economia da área funcional.

Contribuir para a criação de redes de conhecimento e de trabalho conjunto, com atores do sistema científico e tecnológico em ambos os lados da fronteira, com o objetivo de desenvolver projetos direcionados para a solução de problemas ambientais, sociais ou económicos do espaço funcional de cooperação.

Promover um portfólio de oferta formativa adequada às reais necessidades das empresas.

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Incentivo à modernização das práticas agrícolas, o desenvolvimento de cadeias produtivas integradas, a agregação de valor aos produtos e a promoção de produtos orgânicos e sustentáveis.

Criação de uma rede rural transfronteiriça de incubadoras empresariais, incluindo estruturas como os *Fab Labs*, equipados com máquinas e ferramentas de fabricação digital, onde os utentes podem projetar, prototipar e fabricar uma ampla variedade de objetos e dispositivos.

Projetos que visem renovar os fatores de competitividade da micro, pequena e média empresarialidade nos diferentes setores de atividade (renovação de instalações, capacitação da mão-de-obra, aposta na digitalização e no comércio eletrónicos, facilitação no acesso a mercados, criação de redes de consultoria especializada de assistência técnica, ...).

Apoio a projetos que visem a reconversão competitiva de empresas.

OBJETIVO 2

Fortalecer e diversificar a base económica local e regional.

LINHAS DE AÇÃO

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Projetos formativos ajustados às necessidades empresariais e institucionais, incluindo formação de qualificação, de atualização, de especialização, de reciclagem e de reconversão.

Ações de capacitação direcionadas para os empreendedores/empresários.

Projetos que visem a elaboração de estratégias de captação de investimentos externos ajustados ao perfil das economias locais e transfronteiriça.

Projetos de I&DI para responder aos problemas e desafios do tecido empresarial e institucional em colaboração com centros de investigação e/ou centros tecnológicos da envolvente regional.

Criação/adequação de espaços logísticos adequados para atração de novas empresas.

Iniciativas de apoio ao comércio, cafetaria e restauração locais (renovação de instalações, aquisição de mobiliário e equipamento, serviços de apoio à digitalização, consultoria económico-financeira e de marketing).

OBJETIVO 2

Fortalecer e diversificar a base económica local e regional.

LINHAS DE AÇÃO**TIPOLOGIAS DE PROJETOS**

Apoio a iniciativas na fileira do turismo e lazer, tendo em vista o investimento nas infraestruturas turísticas, a preservação do património cultural e natural, o incremento da oferta de produtos e serviços turísticos, o apoio à criação de novas empresas e a campanhas de marketing.

Apoio ao desenvolvimento de projetos que visem o conhecimento do universo e a observação do céu, tendo em vista a atribuição da certificação *Dark Sky*, bem como a atração/criação de empresas ligadas à área da astronomia.

Desenvolvimento de agendas periódicas de eventos de cariz turístico (por exemplo, pedestrianismo, passeios bicicleta, passeios a cavalo, rotas temáticas, pesca desportiva), numa lógica de articulação territorial.

Programa específico de valorização e promoção da economia criativa e cultural do território funcional, de apoio a artistas, artesãos, músicos, designers.

OBJETIVO 3

Fomentar as exportações e internacionalizar o tecido empresarial.

LINHAS DE AÇÃO

Realizar ações conjuntas de promoção empresarial e territorial entre diferentes entidades promotoras.

Apoiar o crescimento das PMEs, bem como projetos colaborativos com outras empresas para se agruparem e trabalharem conjuntamente os mercados externos, para que possam compartilhar destinos, ações comerciais e logística de forma mais eficaz.

Melhorar a inovação em sistemas, ferramentas e acesso a canais de marketing digital, vinculando a transição para a Indústria 4.0 ao esforço de internacionalização das empresas.

Desenvolver estratégias territoriais conjuntas com vista à definição de mercados-alvo emergentes, ajustados ao perfil económico local e regional.

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Projetos que visem a formação de recursos humanos qualificados, com competências e conhecimentos relevantes para o comércio internacional (capacitação em comércio exterior, idiomas estrangeiros, negociação internacional e gestão intercultural).

Iniciativas de apoio à exportação que forneçam suporte e assistência às empresas interessadas em colocar externamente os seus produtos ou serviços. Isso pode incluir a oferta de informações sobre mercados internacionais, apoio na identificação de oportunidades de negócio, organização de missões comerciais, participação em feiras internacionais e acesso a programas de financiamento.

Projetos de apoio à internacionalização, de estímulo às empresas locais a expandirem as suas operações para mercados estrangeiros. Isso pode ser feito pelo estabelecimento de parcerias com empresas estrangeiras, criação de escritórios de representação ou subsidiárias no exterior e apoio na superação de desafios associados a questões regulatórias, culturais e logísticas.

OBJETIVO 4

Promover a economia social.

LINHAS DE AÇÃO

Estruturar e robustecer os ecossistemas de apoio aos empreendedores sociais.

Dotar de competências especializadas em gestão os empreendedores sociais.

Estimular a criação de cooperativas, empresas de inserção e organizações sem fins lucrativos, que tenham como objetivo gerar impacto social positivo.

Criar uma rede de incubadoras sociais no território funcional.

Estabelecer parcerias com incubadoras e aceleradoras que se especializem em apoiar negócios sociais.

Desenvolver modalidades de incubação virtual de projetos de empreendedorismo social.

Apoiar o desenvolvimento de projetos de crescimento e de elaboração de novos modelos de negócio das empresas e instituições da esfera da economia social.

Promova eventos, conferências e feiras voltadas para a economia social, para estimular a colaboração e o intercâmbio de experiências.

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Apoio à criação e desenvolvimento de uma rede transfronteiriça de Incubadoras e aceleradoras sociais que forneçam suporte técnico, mentoria, capacitação em gestão, acesso a financiamento e *networking* para empreendedores sociais.

Incentivo à formação de cooperativas e redes de economia solidária (assistência técnica, capacitação em cooperativismo, acesso a crédito e apoio na comercialização dos produtos e serviços).

Organização de eventos, mercados e feiras dedicados à economia social.

Ações que visem a captação de investimento e de públicos-alvo externos, nomeadamente de idosos, tendo em vista, por um lado, a rentabilização dos equipamentos sociais já instalados e, por outro, o fortalecimento do perfil de especialização local/regional neste domínio de atividade.

Ações de capacitação e formação em empreendedorismo social, visando fortalecer as competências e conhecimentos dos empreendedores sociais.

OBJETIVO 4

Promover a economia social.

LINHAS DE AÇÃO**TIPOLOGIAS DE PROJETOS**

Iniciativas que visem a disponibilização de suporte técnico e mentoria aos empreendedores sociais.

Projetos de inclusão social e geração de emprego para grupos vulneráveis, jovens em risco, pessoas portadoras de deficiências, entre outros.

Iniciativas de criação e capacitação de organizações do terceiro setor, em áreas especialmente relevantes do ponto de vista do reforço da coesão social, como o apoio aos idosos, às crianças e jovens, saúde, educação, desporto, cultura e artes.

Projetos que visem apoiar o funcionamento e a qualificação do tecido associativo artístico, cultural e desportivo da área funcional.

Projetos de promoção de parcerias com empresas para incentivar o mecenato social (por meio, por exemplo, de programas de responsabilidade social corporativa).

OBJETIVO 5

Fomentar o pleno emprego.

LINHAS DE AÇÃO

Reduzir o *gap* entre a oferta e a procura no mercado de trabalho com medidas de formação, serviços de orientação e intermediação laboral e incentivos reais à formação contínua para melhorar a empregabilidade.

Adotar medidas tendentes ao aumento da população ativa e empregada para contrariar o envelhecimento da população e os encargos financeiros que daí advêm.

Promover um plano local de emprego que garanta a igualdade de oportunidades e inclua planos de emprego para jovens.

Adequar a formação às exigências do tecido produtivo e desenvolver programas de formação que incluam compromissos de contratação.

Reforçar os mecanismos de inserção laboral das mulheres e de grupos sociais mais vulneráveis.

Combater a precariedade no emprego, nomeadamente o de carácter sazonal.

Melhorar o nível de formação da população em geral, com recurso a um sistema de formação contínua nas diferentes fases da vida.

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Ações que visem o robustecimento e a qualificação da rede transfronteiriça de emprego e formação.

Criação de um sistema de monitorização do sistema de emprego-formação transfronteiriço.

Apoio à inserção no mercado de trabalho de mulheres, jovens, imigrantes e portadores de deficiências físico-motoras e/ou cognitivas.

Ações que visem o reforço e a diversificação da oferta de formação profissional e de nível superior, por meio mecanismos de extensão universitária.

Fomento à criação de campos sazonais descentralizados, especialmente direcionados para a resolução de problemas regionais.

Apoio à criação de uma base de dados dos jovens do território transfronteiriço que estão a estudar no ensino profissional e superior e implementar um sistema de informação que permita manter o contacto com os seus ativos mais qualificados e, desejavelmente, cativá-los para que regressem e ingressem nos mercados locais de trabalho ou criem os seus próprios postos de trabalho.

EIXO ESTRATÉGICO 5

ALDEIAS MAIS COOPERANTES

“Um território que reforça os laços de cooperação estratégica e que assume modelos de governação ajustados aos desafios da ruralidade New European Bauhaus”

A relação entre governação e cooperação é de interdependência. Uma governação democrática, com seus mecanismos de participação e prestação de contas, favorece a promoção de um contexto propício para a cooperação entre atores diversos. Da mesma forma, a cooperação influencia a governação, ao fornecer informações, expertise e recursos que podem ser utilizados na tomada de decisões e na implementação de políticas. Esta é a razão que está subjacente ao entendimento de que estas duas dimensões estratégicas são tratadas conjuntamente - estão intimamente ligadas e reforçam-se mutuamente.

A melhoria da eficácia e eficiência do modelo de governação transfronteiriço corporiza uma área estratégica de intervenção, garantido mais e melhor escrutínio público e plena representação da comunidade e dos principais atores e instituições com sentido de compromisso. A renovação da abordagem da ruralidade, pelo prisma da New European Bauhaus, não deixará de colocar a exigência de pequenos ajustes no enquadramento orgânico e no modelo de governação. O sucesso da programação e implementação da nova estratégia transfronteiriça de desenvolvimento local, da sua visão e apostas, tal como dos resultados no desenvolvimento territorial, dependem de modo decisivo da adoção de um modelo de governação articulado e eficiente, que assegure uma justa articulação entre os vários níveis territoriais de intervenção e os diversos setores.

A iniciativa das Aldeias New European Bauhaus não deve alimentar-se, apenas, de lógicas autárquicas, nem, só, de vinculações *ad hoc* a lógicas de cooperação territorial que careçam de visão e objetivos estratégicos. Existe, pois, um manifesto potencial de cooperação multinível, multissetorial e multiterritorial que urge aproveitar para dotar de sentido e de conteúdo o esforço de abertura e cooperação. Abertura à inovação e à aprendizagem que estão na génese dos processos de mudança social, económica, cultural e ambiental.

A cooperação transfronteiriça pode ajudar a encontrar complementaridades e sinergias entre as comunidades territoriais da EUROACE, no quadro da área funcional, para melhorar, conjuntamente, colmatando lacunas e superando desafios comuns.

OBJETIVO 1

Promover um modelo de governação de maior proximidade e mais eficaz.

LINHAS DE AÇÃO

(Re)ajustar a orgânica da governação.

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Sugere-se a criação de uma Equipa de Coordenação tripartida que deverá ter capacidade de intervenção institucional para interceder junto das entidades públicas e privadas promotoras de projetos e iniciativas e gestoras dos meios financeiros que lhes dão apoio, devendo caber-lhe:

- a coordenação e dinamização das intervenções, de forma a garantir critérios de eficiência, eficácia, equidade e impacto na implementação dos projetos;
- colaborar ativamente com as entidades responsáveis pela promoção e atração do investimento para o território funcional;
- promover ações de mobilização dos decisores, agentes e populações locais para a dinamização territorial da iniciativa;
- contribuir para a monitorização e avaliação interna do plano estratégico.

Recomenda-se a criação de um Conselho Consultivo “Aldeias NEB”, órgão de consulta da Equipa de Coordenação, que para além de funcionar como Comissão de Acompanhamento da iniciativa, possa constituir um fórum onde, periodicamente, os responsáveis públicos, associações empresariais e agentes privados representativos e mais relevantes, debaterão e promoverão a articulação de interesses e iniciativas em curso e/ou em preparação.

OBJETIVO 1

Promover um modelo de governação de maior proximidade e mais eficaz.

LINHAS DE AÇÃO**TIPOLOGIAS DE PROJETOS**

Iniciativas que visem o reforço da capacitação institucional na monitorização de instrumentos de política, através da recolha, sistematização e análise de informação sobre a monitorização das medidas e iniciativas implementadas, com reforço dos mecanismos de avaliação e reflexão;

Introdução de melhorias do modelo de governação, através do envolvimento dos principais *stakeholders* no acompanhamento dos instrumentos de política, do Interreg VI - POCTEP, de forma a produzir recomendações relevantes para o seu aperfeiçoamento, assegurando, igualmente, a divulgação dos resultados às populações locais e gerando novas iniciativas que possam ser integradas no desenvolvimento da estratégia.

Iniciativas que visem a capacitação dos eleitos locais face aos novos desafios da governação (participação, financiamento, internacionalização, etc.).

OBJETIVO 2

Incrementar os laços de cooperação

LINHAS DE AÇÃO

Reforçar as parcerias estratégicas.

TIPOLOGIAS DE PROJETOS

Implementação e dinamização da rede de Aldeias Bauhaus EUROACE.

Iniciativas de *benchmarking* territorial, empresarial e institucional.

Promoção de parcerias estratégicas intra e extra-regionais.

Estabelecimento de grupos de trabalho multidisciplinares que incluam técnicos altamente especializados e membros da comunidade, representantes de organizações locais, para desenvolver propostas, debater ideias e formular recomendações para as políticas e projetos a implementar.

Fomentar a realização de eventos institucionais âncora, de reforço do espaço de cooperação e de marketing territorial.

Inserção em redes europeias/internacionais de interesse estratégico (arte, cultura, desporto, turismo, ...).

Captar e (co)promover eventos internacionais ajustados ao perfil e aos desafios da nova ruralidade na EUROACE.

Fomento à implementação de projetos piloto, nas Aldeias Bauhaus Euroace, que sejam replicáveis pelo território.

Potenciar iniciativas privadas e políticas públicas, nas três regiões, que tenham sido implementadas com sucesso, pela sua difusão na Euroace ou pela sua valorização.



Estrellas Frontera
fonte: F.J. Rguez

Financiamento

Interreg



Cofinanciado por
la Unión Europea
Cofinanciado pela
União Europeia

España – Portugal



New European
Bauhaus

Promotores



Comissão de Coordenação
e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P.



JUNTA DE EXTREMADURA

Parceiros



Excmo. Ayuntamiento de
L L E R E N A



Consultoria Especializada



Instituto Politécnico
de Castelo Branco
Polytechnic University

ISBN 978-972-569-170-0



9 789725 691700